



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/RENAESP  
ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA  
PÚBLICA – TURMA I**

**JAQUES FERREIRA DE AGUIAR**

**GUARDA MUNICIPAL E CIDADANIA: O RESGATE DO  
MANDATO INSTITUCIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

**FORTALEZA/CEARÁ  
ABRIL/2008**

**JAQUES FERREIRA DE AGUIAR**

**GUARDA MUNICIPAL E CIDADANIA: O RESGATE DO  
MANDATO INSTITUCIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

Monografia apresentada para a conclusão do curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação do Professor Mestre Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA/CEARÁ  
ABRIL/2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A282g

Aguiar, Jaques Ferreira de

Guarda Municipal e Cidadania: o resgate do mandato institucional no ambiente escolar / Jaques Ferreira de Aguiar; orientador Leonardo Damasceno de Sá – Fortaleza, 2008. - Monografia (Especialização). Universidade Federal do Ceará.

76 f.

1. Segurança Pública. 2. Guarda Municipal. 3. Cidadania. 4. Escola. 5. Mandato. I. Sá, Leonardo Damasceno de. II. Título.

CDU 376 : 351.745(813.1FORTALEZA)

Bibliotecário Responsável Sibila Francine Tengaten Binotto CRB-10/1743

JAQUES FERREIRA DE AGUIAR

## **GUARDA MUNICIPAL E CIDADANIA: O RESGATE DO MANDATO INSTITUCIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Pós Graduação, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação \_\_\_/ \_\_\_/ \_\_\_

_____	<b>Nota</b>
<b>Prof. Mestre Leonardo Damasceno de Sá</b> <b>Prof. Orientador</b>	_____

_____	<b>Nota</b>
<b>Prof. (a)</b> <b>Membro da Banca Examinadora</b>	_____

_____	<b>Nota</b>
<b>Prof. (a)</b> <b>Membro da Banca Examinadora</b>	_____

*A Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, minha Instituição, a quem empenho parte de minha vida e que me fortalece e me motiva toda dedicação. Agradeço por pertencer ao seletto grupo dos que dedicam sua vida ao serviço público, especialmente a segurança pública com tanto afínco e serenidade.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas oportunidades do livre arbítrio e pela grandiosidade de sua bondade.

Aos meus pais, Joaquim Moita e Auri Ferreira, que comigo também aprenderam e renovaram seus conceitos de vida e perceberam a importância e a necessidade de minha disposição para o trabalho.

Aos Guarda Municipais, pela garra, companheirismo.

Aos diretores e professores das instituições de ensino, pela compreensão, atenção e disposição em colocar este trabalho.

Ao Dr. Arimá Rocha pela oportunidade de crescimento e aprendizado, pela presteza e dedicação constante no cotidiano do serviço público.

A Orientador Leonardo Damasceno de Sá pela sabedoria, paciência e disposição.

*“Todas as ações de polícia se inserem no campo da Segurança Pública, mas nem todas as ações de Segurança Pública se inserem no campo da polícia”. (Jaqueline Muniz)*

**RESUMO**

O trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de retomada de mandato da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza através do entendimento e esclarecimento de suas funções e atribuições, das ações de prevenção, de programas sócio-educativos, da efetiva, eficiente e eficaz avaliação dos programas de diminuição da violência e criminalidade nas escolas do município. Os objetivos específicos estão na concepção de legitima da caracterização e contextualização das ações da Instituição Guarda Municipal nas escolas públicas com o viés em segurança pública, sem ultrapassar os limites e nem invadir as atribuições do sistema educacional. O mandato da guarda municipal está no resgate a na demonstração prática de seus modelos de hierarquia horizontais, disciplina organizada no respeito, facilitando assim o conhecimento e a dinamicidade de uma instituição fortificada mas não cristalizada, no seu planejamento estratégico, nos moldes dos princípios, com suas estruturas de gestão de conhecimento, onde o programa “fortaleza de paz” estabelece um relevante conhecimento, fomentando o mapa da violência na cidade através dos territórios educacionais, demonstrando indicativos que potencializam a promoção de política públicas de segurança. Na sua concepção institucional, percebe-se uma implementação relevante e de fato pactuação federativa entre governo federal, estadual e municipal, na gestão unificada de informação, na formação e capacitação permanente dos guardas municipais, na implantação de um regulamento interno, ouvidoria e corregedoria para uma boa fiscalização interna e externa do munícipe, na subordinação de suas atribuições perante a Constituição Federal e ao seu estatuto do serviço público e a independência, respeitando a linha sinuosa dos Direitos Humanos que transcende a todo momento esse processo de reforma das guardas municipais. O contexto do ensino-aprendizagem também serve de cenário para este ato de retomada, pela importância que ele tem na escola. A guarda municipal sendo legitimizada através da constituição democrática de 1988, das competências de caráter institucionais emanadas pelo Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública. Demonstra-se através da atuação do Pelotão ROPE(Ronda Preventiva Escola) a consistência valorativa do agente de segurança pública municipal e sua importância na escola, no entorno dela, perante os articuladores educacionais (professores, diretores, coordenadores, supervisores, alunos e a sociedade civil). Percebe-se através dos dados coletados pelo programa Fortaleza de Paz, o redirecionamento em potencial na posse dos espaços públicos pela população, da retomada de responsabilidade por parte do poder público no que concerne a segurança pública na elaboração de projetos sócio-educativos em segurança pública como “anjos da Guarda” e Campanha de Desarmamento Infantil”, entre outras ações.

**PALAVRAS-CHAVE.** Mandato. Prevenção. Supracorporação. Gestão do Conhecimento. Escola. Segurança. Cidadania. Direitos Humanos.

## LISTA DE ORGANOGRAMA

<b>ORGANOGRAMA 1 – Organograma e socialização dos programas, projetos, ações e operações .....</b>	<b>44</b>
--	-----------

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – Algumas poucas definições importantes para entender o marco de referência .....	27
<b>FIGURA 2</b> – Concentração das guardas municipais por região geográfica .....	35
<b>FIGURA 3</b> – Diagrama de Comitê Gestor .....	43
<b>FIGURA 4</b> – Redesenho de fluxogramas de processos: operacionais e administrativos .....	44
<b>FIGURA 5</b> – Algumas modificações provocadas pelo planejamento .....	48
<b>FIGURA 6</b> – Demonstração do Planejamento Estratégico .....	50
<b>FIGURA 7</b> – Diagrama de Venn demonstrando a reforma da guarda municipal e sua nova concepção .....	54
<b>FIGURA 8</b> – Gráfico geral das ocorrências do programa “FORTEZA DE PAZ” ..	59
<b>FIGURA 9</b> – Gráfico do numero de ocorrências mês/ na região .....	64
<b>FIGURA 10</b> – Ocorrências por 100.000 alunos .....	65

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1 – Tabela de municípios e com existência de guardas municipais , por forma de registro de atendimentos – 2006 .....</b>	<b>33</b>
<b>TABELA 1 – Distribuição por ocorrência .....</b>	<b>63</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**ROPE** – Ronda Preventiva Escolar

**SENASP** – Secretaria Nacional de Segurança Pública

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Economico

## SUMÁRIO

LISTA DE ORGANOGRAMA .....	7
LISTA DE FIGURAS .....	8
LISTA DE TABELAS .....	9
LISTA DE SIGLAS .....	10
1 INTRODUÇÃO .....	13
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ENTENDENDO A LÓGICA DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA .....	16
2.1 A violência na escola.....	16
2.2 Alunos e escola: adversários ou aliados .....	18
2.3 Causas da violência .....	21
2.4 Uma breve análise dos comportamentos determinantes do relatório do Banco Mundial (2006) .....	24
2.5 O papel do guarda municipal como educador social na prevenção da violência .....	28
3. BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	31
3.1. Funções e atribuições das guardas municipais.....	36
3.2. Da compreensão dos direitos e deveres (CF 88) .....	36
3.3. A guarda municipal na constituição de 88.....	37
3.4 A nova guarda municipal para uma segurança cidadã .....	38
3.5 A Guarda Municipal de Fortaleza quebrando paradigmas e reconstruindo a sua história .....	40
3.6 Tripé: Gestão de Conhecimento (Inteligência Humanista), Planejamento Estratégico (administrativo e operacional) e qualificação do capilador de segurança pública .....	40
3.7 Gestão do Conhecimento na Guarda Municipal para atingir a excelência humanística e organizacional .....	41
3.8 Métodos de Gestão e Planejamento Estratégico e Participativo na Instituição Guarda Municipal .....	42

3.9 princípios gerais do planejamento das instituições de segurança pública	47
3.10 O conceito de polícia .....	51
3.11 O modelo de instituições policiais na visão da SENASP.....	51
3.12 O pelotão Rope e seus mecanismos de prevenção da violência .....	52
3.13 Entendendo o Mandato Policial .....	55
4. ANALISANDO OS DADOS DE REGISTRO DE VIOLÊNCIA: INSTRUMENTOS DE CONHECIMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR .....	58
4.1. Principais aspectos da pesquisa .....	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	68
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	71
ANEXOS .....	74

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é analisar a retomada legítima do Mandato Institucional da Guarda Municipal através de suas atribuições, tendo como pano de fundo as escolas do município, seja através de projetos sócio-educativos com o viés em segurança pública, seja através dos seus instrumentos legais como uso legal da força, poder de polícia administrativa entre outros aspectos. Como marco temporal inicial para o estudo proposto, inicialmente relata-se as características da lógica da violência, como funciona ou ocorre na escola e suas causas e concepções ao longo da história. O papel da guarda municipal como educador social na prevenção da violência.

A relevância deste trabalho é justamente a de trazer para o estudo da ciência do direito e da segurança pública um tema que é tratado essencialmente pela ciência jurídica que é a questão do mandato policial mas aqui faz-se o estudo do mandato de guarda. O Direito parte do pressuposto de que a violência institucionalizada pelo Estado já está legitimada a priori. Este também, ao contrário, questiona tal legitimação ao trazer à discussão, do campo dos juristas para o campo social das instituições de segurança pública. Como se dão os procedimentos práticos, o caráter processual de implantação, assim como os aspectos relevantes nesse contexto no campo de uma gestão processual integrada, obtendo uma prestação jurisdicional, célere, eficaz e eficiente no campo da segurança pública municipal.

O método utilizado consiste em apresentar exemplos da atuação do aparelho preventivo da Guarda Municipal e exemplos de fenômenos "territoriais" como a capitação, sistematização, de dados, mapa da violência, diagnóstico, da implantação de programas de combate à violência atribuído as escolas. Com base nos elementos apresentados, este trabalho pretende evidenciar que as práticas violentas devem ser estudadas, entendidas como instrumento catalisador de projetos sociais incorporados à missão das guardas municipais, ou seja, ela deve ser conhecedora dos problemas para saber como agir.

O principal fundamento teórico utilizado para embasar este trabalho é a noção de *violência simbólica* proposta por Pierre Bourdieu, na visão de (CUNHA, 1979). Segundo esta perspectiva, as relações simbólicas de força se instauram e se perpetuam por intermédio do conhecimento e do reconhecimento, não necessariamente por atos intencionais de consciência. Na verdade, é preciso que os dominados tenham em comum com os dominantes

os mesmo esquemas de percepção e apreciação, o que lhes permitem ser percebidos reciprocamente e, conseqüentemente, aceitar o processo de dominação. Desta forma, a violência monopolizada pelo Estado se legitima simbolicamente pelo dominados e dominadores. Esta violência é ratificada, legalizada, legitimada, enfim, passa a ser algo normal. As principais obras estudadas foram: *O poder simbólico* (1979), *Violência: um retrato em branco e preto* (1994), *Cartografias da Cultura e da Violência, gangues, galeras e movimento hip hop* (1998).

A partir desta teoria, a hipótese principal deste trabalho pretende ser discutida. Ou seja, a retomada do mandato institucional da Guarda Municipal através das políticas de prevenção como base para seu foco de atuação e legitimada num traçado central dos Direitos Humanos<sup>1</sup>. As técnicas de pesquisa utilizadas são a documentação indireta, as referências bibliográficas e o uso de documentação oficial (Constituição Federal 88). Como referência bibliográfica foram utilizados livros de leitura, periódicos e revistas especializadas. A internet constituiu também uma importante fonte de pesquisa, na capitação dos gráficos do programa “Fortaleza de Paz”.

Esta obra está dividida em quatro capítulos, com a seguinte disposição.

No primeiro capítulo, desenvolveu-se uma abordagem específica sobre o fenômeno da “violência na escola”, suas causas e conseqüências, a relação de poder entre professores e alunos, o papel da guarda municipal como educador social na prevenção da violência, .

O segundo capítulo traz uma análise de alguns exemplos daquilo que pode ser chamado de ‘participação dos municípios na segurança pública’, as funções e atribuições das Guardas Municipais e suas competências perante a Constituição de 1988, a inserção de uma nova guarda municipal para uma segurança cidadã, os princípios gerais do planejamento das instituições de segurança pública e entendendo um pouco do mandato de polícia. Deve-se ter

---

<sup>1</sup> **DIREITOS HUMANOS:** Os direitos humanos são os direitos e liberdades básicos que devem gozar todos os seres humanos. Normalmente o conceito de direitos humanos tem a idéia também de liberdade de pensamento e de expressão e a igualdade perante a lei. A Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas afirma: "*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.*" – fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos\\_Humanos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_Humanos)

claro, entretanto, que esta concepção de mandato serve apenas de base para a nova concepção do mandato de Guarda Municipal mas com estruturas, objetivos diferenciados e esclarecidos e traçados na linha central dos Direitos Humanos. O histórico da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza e o seu exemplo de prática legítima e reconhecida de segurança pública municipal voltada para a prevenção de criminalidade e violência, através do Pelotão ROPE (Ronda Preventiva Escola).

O terceiro capítulo do trabalho está todo reservado a uma análise dos dados coletados, sistematizados e referenciados pelo programa “Fortaleza de Paz”, efetivados no recorte das escolas da Secretaria Executiva Regional V. Demonstrando com isso a efetividade, eficiência e a potencialidade no reconhecimento dos dados, indicadores para um diagnóstico das questões de criminalidade e violência na escola e em seu entorno.

Por fim, deve-se ter bem claro que as críticas e sugestões apresentadas neste trabalho servem como base para uma nova formatação das guardas municipais, servido de modelo base no contexto de novas possibilidades de atuação das guardas municipais e o desafio de suas reformas. Portanto, a clareza deste aspecto do trabalho é imprescindível à sua leitura.

## **2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ENTENDENDO A LÓGICA DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA**

A violência caracteriza-se como um grave problema social, educacional, econômico e de saúde pública, tanto por sua magnitude e abrangência quanto por seus impactos na área social, econômica e de saúde, afetando indivíduos, famílias e a própria sociedade como um todo. Também devem ser levados em consideração os anos de vida perdidos e o aumento da carga de morbidade (incapacidades, lesões, problemas crônicos, etc.), decorrentes das lesões não fatais. Somando-se a todos esses aspectos verifica-se o Estado, através de seus instrumentos públicos de combate à criminalidade e através da “legitimação da violência” A Experiência da Guarda Municipal e Defesa Civil

de Fortaleza, no âmbito das escolas no município de Fortaleza sempre foi e é, de fato, uma forma de intervenção e uma preocupação do poder público assim como de todos os estudiosos, gestores de segurança pública em nossa cidade.

## **2.1 A violência na escola**

Não muito obstante na história da educação no Brasil é fácil lembrar da violência “legítima” dos professores na sala de aula, os rituais de castigos inseridos pelos mestres eram rotineiros e muitas vezes apoiados e reconhecidos como sérios, com valores morais consistentes. A mídia televisiva, cotidianamente, retrata acontecimentos violentos protagonizados pelos alunos nas escolas. De fato, "inverteram-se os papéis; os métodos violentos de alguns professores eram tradicionalmente mais frequentes no mundo escolar: castigo físico, humilhações verbais..." (FERMOSO, 1998:85). Atualmente, os professores não podem e nem devem praticar qualquer tipo de ato “violento” aos alunos sob pena de sofrerem sanções disciplinares, judiciais e serem incluídos no alvo certo dos defensores dos direitos humanos. Mas existe uma dúvida que paira em nossas mentes e que permeiam os estudiosos de uma forma geral acerca da violência praticada pelos alunos para com os companheiros da escola ou contra os professores.

Em relação ao Brasil, não podemos desconsiderar a história da formação do nosso povo, a colonização pelos portugueses, a influência de sua cultura, a questão da escravidão gerando comportamentos de servidão, de mando e de submissão, em que o indivíduo é desrespeitado na sua condição fundamental de pessoa humana e tratado como "objeto" de manipulação dos seus "proprietários". (ADORNO, 1994), chama a atenção para o fato de que, durante o período monárquico, a sociedade resolvia os seus conflitos relacionados à propriedade, ao monopólio do poder, e à raça, utilizando, de um modo geral, o emprego da violência. E este era considerado um comportamento normal, legítimo e por ser rotineiro passava a ser institucionalizado. É como se fosse um processo natural, justificando até uma certa complacência da sociedade.

“A violência simbólica como constrangimento pelo corpo. Para que a dominação simbólica funcione é necessário que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes os apreendem; que a submissão não seja um ato de

consciência susceptível de ser compreendido na lógica do constrangimento ou na lógica do consentimento (BOURDIEU, 2000: 231).

Um dos conceitos mais comentados e menos conhecidos na obra de Pierre Bourdieu, (CUNHA, 1979) é o de violência simbólica. Criado com o objetivo de elucidar as relações de dominação que não pressupõem a coerção física ocorridas entre as pessoas e entre os grupos presentes no mundo social, o eminente sociólogo francês cunha esta noção, a qual corresponde a um tipo de violência que é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre. A raiz da violência simbólica estaria deste modo presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas. Deste modo, a violência simbólica nem é percebida como violência, mas sim como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que "naturalmente" se exerce de um para outro. Como exemplo disto tem-se a postura dos professores, a qual pressupõe o uso legitimado de estratégias punitivas em relação aos alunos, castigando e reprovando, avaliando e verificando, que não se enquadram nos moldes sociais da instituição escolar.

Ao longo da história do nosso país, o que se tem observado é que mesmo com a implantação do regime republicano, cujo fundamento básico é o bem comum e o bem público a todos os cidadãos, esse quadro de violência pouco se modificou, até porque no campo político temos convivido com várias alternâncias de regimes autoritários, ditatoriais, que implodiram o direito de liberdade dos indivíduos. Estes foram períodos que trouxeram elevados custos à convivência democrática do nosso povo, com violações do direito à vida e inúmeras mutilações físicas.

O fato de a sociedade brasileira ser organizada e determinada por um modelo econômico capitalista extremamente excludente, caracterizado por uma grande concentração de renda, constituindo-se este em um dos principais fatores da desigualdade e da violência. 50% da renda do país fica nas mãos de 10% da população, enquanto que os 20% da população mais pobres detém apenas 2,1% dessa renda (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD,1994). As relações são profundamente desiguais. Essas grandes diferenças geram privilégios para alguns e, conseqüentemente, a ausência de direitos para muitos.

## **2.2 Alunos e escola: adversários ou aliados?**

O senso comum mostra-nos que a relação entre aluno e escola apresenta múltiplas fases ao longo do caminho do indivíduo. Nos primeiros anos, nomeadamente creche, ou mesmo ensino básico, as crianças ficam ansiosas por ir para a escola: é lá que estão os seus colegas de brincadeiras, os educadores/professores são durante alguns anos os mesmos, pelo que as relações afetivas são intensificadas e todos os conceitos são apreendidos de forma agradável e lúdica. A desvalorização do lado afetivo, a introdução de maior formalidade no relacionamento e a constante troca de professores consoante as disciplinas, faz com que se registre um esmorecimento nesta relação entre alunos e escola.

O ser humano é social por natureza. Desde muito jovens vivemos em sociedade, fazemos parte e formamos grupos com pessoas das mais diversificadas crenças, origens e personalidades. Graças a esse convívio no decorrer de nossas vidas, vivemos situações que nos constroem ou enaltecem, sofremos desilusões, aprendemos com nossos erros e acertos e, através de comparações, conseguimos construir a nossa personalidade e interagir com o universo que muitas vezes esses cenários acontecem no ambiente escolar e na relação professor-aluno. Nesse referencial, nossos melhores amigos, aqueles que com suas críticas e conselhos, muitas vezes, melhoram certos aspectos e comportamentos negativos que apresentamos, conseguem nos sensibilizar, pois conquistaram nossa confiança, nosso respeito, são exemplos de companheirismo e demonstram um sincero interesse pelo nosso bem-estar. Se as relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização de mudanças em nível profissional e comportamental, como podemos ignorar a importância de tal interação entre professores e alunos.

“O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca.” (FREIRE, 1996, p.73)

Se por um lado é importante a existência de afetividade, confiança, empatia e respeito entre professor e aluno para que melhor se desenvolva uma ação inerente ao aprendizado, ou ao próprio relacionamento na escola, por outro, os educadores não podem permitir que tais sentimentos interfiram no cumprimento ético de seu dever de professor. Portanto, situações diferenciadas adotadas com um determinado aluno, apenas norteadas pelo fator amizade ou empatia, não deveriam fazer parte das atitudes de um “Formador de

Opiniões”, como se o mesmo escolhesse seus privilegiados, seus protegidos para a partir daí diferenciar, por uma opinião pessoal, fazer uns melhores do que os outros injustamente, começando aí um processo de injustiça social no âmbito escolar.

Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, a afetividade não se acha excluída do cognoscível. O que não se pode é obviamente permitir é que a afetividade de cunho pessoal interfira no cumprimento ético de dever de professor no exercício da suposta autoridade.

Outro reflexo desse aspecto (excesso de afetividade), mas sob um prisma mais direcionado à superproteção, geralmente pode ser observado em salas de ensino fundamental da quinta série: crianças indisciplinadas, inquietas, por vezes, arrogantes e revoltadas. Encontradas também em âmbito local mas especificamente na rede de ensino público do município de Fortaleza. É fato que durante esse estágio da vida dos jovens estão passando por uma fase de adaptação e que tudo que é novo causa certo medo e ansiedade; portanto, é normal e até esperado que esse período provoque alguns problemas disciplinares no início; mas, o que chama a atenção é a total falta de organização e senso de responsabilidade que muitas vezes tais jovens apresentam.

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/aluno envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das conseqüências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana. Neste sentido, a interação estabelecida caracteriza-se pela seleção de conteúdos, organização, sistematização didática para facilitar o aprendizado dos alunos e exposição onde o professor demonstrará seus conteúdos. No entanto este paradigma deve ser quebrado, é preciso não limitar este estudo em relação comportamento do professor com resultados do aluno; devendo introduzir os processos construtivos como mediadores para superar as limitações do paradigma processo-produto.

Segundo (GADOTTI, 1999: 2),

“O educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida”.

Esse ponto é muito relevante nas questões que envolvem violência dentro e no entorno da escola, são os aspectos de discriminação, relações de poder, autoritarismo, onde o professor na maioria das vezes assume posturas incoerentes, supervalorizando aspectos pouco relevantes no contexto da relação professor-aluno.

### **2.3 Causas da violência**

São apontadas como causas da violência: *A família* que é o núcleo em que as crianças e jovens adquirem os modelos de conduta que exteriorizam. *A pobreza, violência doméstica, alcoolismo, toxicodependência, promiscuidade, desagregação dos casais, ausência de valores, detenção prisional, permissividade, demissão do papel educativo dos pais etc.* Essas são as principais causas que deterioram o ambiente familiar. Normalmente, os indivíduos que vivem estas problemáticas familiares são sujeitos e alvos de violência. Há famílias que participam diretamente na violência que ocorre nas escolas. Impotentes para lidarem com a violência dos seus descendentes, acusam os professores de não “domesticar” os seus filhos, instigando a agressividade e, em extrema instância, tornam-se eles mesmos violentos, agredindo os professores e funcionários. E os alunos, o que faz com que um aluno exerça violência? Eis uma pergunta fácil de fazer, mas difícil de explicar. Muitas vezes a raiz do problema não se centra na educação, mas no ambiente social em que ela está inserida. O jovem apresenta problemas que deveriam ser direcionados para a saúde mental infantil e adolescente, para a proteção social ou até judicialmente. O cerne da questão é que muitas escolas tentam resolver os problemas para os quais não estão preparadas e que não são da sua competência. Na verdade, todos os alunos são potencialmente violentos, sendo a escola sentida como uma imposição por parte da família ou do Estado. Porque os alunos estão contrafeitos, as aulas são para eles locais de constrangimento e de repressão de desejos. Alguns alunos conformam-se e conseguem permanecer na escola sem fazerem grandes

distúrbios. Outros revoltam-se, colocando em causa as normas estabelecidas, a autoridade e insurgem-se contra os professores e colegas como ato de poder física. Nos grupos e turmas, enquanto conjunto estruturado de indivíduos, têm grande importância nos processos de socialização e de aprendizagem nos jovens, influenciam certos comportamentos que os adolescentes demonstram, sendo o resultado de processos de imitação de outros membros do grupo. Em certas manifestações públicas de violência, os jovens procuram obter segurança, respeito e prestígio pela restante comunidade escolar. Numa sociedade onde os grupos familiares estão cada vez mais desagregados, este vazio é preenchido por estes grupos formados a partir de interesses e motivações diversas. Como as “vitrines das tensões sociais” diz (DIÒGENES, 1998). A escola, em todas as épocas, inclusive hoje, registra alunos com menos capacidades intelectuais são estigmatizados, esquecidos no fundo das salas de aula. Ao fazê-lo, criam focos de revolta por parte daqueles que legitimamente se sentem marginalizados. A escola de hoje, que se auto-intitula de inclusiva, não o é de fato. A este propósito (DELORS, 1996: 48) aconselha os "sistemas educativos" a não conduzirem:

"por si mesmos, a situações de exclusão. O princípio de emulação, propício em certos casos, ao desenvolvimento intelectual pode (...) ser pervertido e traduzir-se numa prática excessivamente seletiva, baseada nos resultados escolares. Então, o insucesso escolar surge como irreversível, e dá origem, frequentemente, à marginalização e exclusão sociais."

O fenômeno da violência juvenil que surge neste último período, em nosso país, como uma questão política, vale dizer: como uma questão de importância pública precisa ser, antes de tudo, objeto de uma reflexão específica. Inicialmente, seria importante reconhecer que experimentamos uma época cujas características mais marcantes estão indissociavelmente vinculadas à velocidade, ao movimento e ao trânsito. Nossas referências morais, políticas, religiosas ou estéticas são rarefeitas e confundem-se num espaço etéreo onde cada uma delas se converte na outra e todas podem ser cada uma. BAUDRILLARD (1990) chama a atenção para esta dissolução das categorias e dos seus domínios o que arrasta consigo a idéia de valor. Qualquer fenômeno social passa a ser tratado como se pudesse ser "político" incluindo-se as questões atinentes, até então, à vida privada. O sexo está em toda a parte e tudo pode ser interpretado em termos de fantasmas e recalque. Ao mesmo tempo, tudo se estetiza, incluindo-se a política transformada em espetáculo midiático.

Se nos voltarmos para as discussões do fenômeno do poder, rapidamente percebemos existir um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder.

‘Toda política é uma luta pelo poder; a forma básica do poder é a violência’, disse C. Wright Mills, fazendo eco, por assim dizer, à definição de Max Weber, do Estado como o ‘domínio do homem pelo homem baseado nos meios da violência legítima, quer dizer, supostamente legítima’. (ARENDR, 2001: 31)

Pode-se perceber que a autora sublinhou já as distinções conceituais entre o fenômeno da "violência" e do "poder", tão normalmente desconsideradas pela tradição sociológica. O que ela sustenta, além disso, é que a violência não é apenas distinta do poder, mas, precisamente, o seu oposto. Se o poder é a capacidade que temos de agir em conjunto, toda impossibilidade de ação discursiva estimula o ato violento. Talvez por isso mesmo a violência seja tão glorificada pela cultura de massa oferecendo-se ao ser humano fragmentado como o único gesto possível diante da burocratização da vida pública e da influência arrasadora dos grandes conglomerados econômicos. Na violência, então, há sempre a expressão de uma impotência tornada ativa.

“A vontade de compreender este novo mundo, que me envolvia cotidianamente e que, concomitantemente, mobilizava questões jurídicas e infracionais, além de sentidos e representações das mais diversas, produziu o desejo e o desafio de percorrer itinerários de sentidos desses adolescentes. Sem perder de vista as sensações às quais estava experimentando. E assim, perceber que o desafio é deixar-se levar, atentamente, pelo rumo dos acontecimentos e, nesse fluxo, construir territórios de sentidos.” (DIÓGENES, 1998, p.18).

A partir dessa concepção digno de estima moral, então, é aquele que se impõe por sua força, habilidade ou coragem pessoal. Aquele "que se garante". GLÓRIA DIÓGENES (1998) faz menção ao problema quando sustenta a necessidade da escola superar a "lógica do confronto". É preciso, afirma a pesquisadora, romper a dinâmica pela qual no tratamento de conflitos deva existir, sempre, um ganhador e um perdedor. Importa, então, construir soluções com os próprios adolescentes e não contra eles. O que não deve ser entendido como recusa diante da necessidade de fixar limites e responsabilizar aqueles que os transgridem. A questão inicial é anterior. É preciso ver na violência juvenil um sintoma de problemas mais amplos situados também na escola. O primeiro deles pode ser percebido a partir do silêncio e da invisibilidade dos adolescentes. Ora, qual a importância conferida a eles, efetivamente, pela escola? Qual a oportunidade que lhes é concedida de contestarem, pelo uso da palavra, as regras existentes na escola ou os métodos empregados pelos professores, antes que o façam com pedras ou pontapés? As noções de "disciplina" vigentes em nossas escolas não se fizeram sinônimas do silêncio? A figura do "bom aluno" , afinal, não se confunde tantas vezes com aquele que é "quietinho" e que, por isso, "não incomoda"? Quando a escola olha para um

aluno e, especialmente, para aquele que se afigura como um "problema" o que ela, de fato, observa? A realidade das eventuais transgressões ou a pessoa implicada? Em outras palavras, a dinâmica efetivada pela instituição disciplinar permite ao professor/orientador/dirigente que reconheça no fato imputado como "desviante", além da norma a ser observada, as subjetividades irreduzíveis a serem descobertas? Em caso negativo, como estabelecer com este aluno uma "ponte" que permita a comunicação e, por consequência, um pacto firmado pela palavra?

#### **2.4 Uma breve análise dos Comportamentos Determinantes do Relatório do Banco Mundial.**

O documento traça um amplo panorama de como vivem hoje os brasileiros que têm entre 15 e 24 anos e conclui que o país investe menos do que deveria em políticas públicas voltadas especificamente para este grupo. Isso custa ao Brasil, estima o Banco Mundial, cerca de R\$ 320 bilhões. A estimativa é feita com base em diversos cálculos que incluem de impostos que os jovens deixarão de pagar no futuro se largarem a escola até despesas públicas com saúde e segurança, entre outros exemplos. Comparando com outros países da América Latina, o Brasil não tem desempenho péssimo. Em alguns pontos vai bem, mas em alguns pontos vai mal. O estudo considera diversos fatores, em geral associados, para definir o chamado comportamento de risco. Os principais estão relacionados aos indicadores de educação e desemprego no país, apontados entre os principais problemas brasileiros. Mas também caracterizam o comportamento de risco o uso de drogas, a morte prematura, a iniciação sexual precoce e a incidência de doenças como a Aids.

Inicialmente o relatório nos mostra a parte demográfica do universo de jovens, ou seja, em parâmetros gerais: Um em cada cinco brasileiros é jovem, e um de cada três jovens da América Latina e do Caribe é Brasileiro. Os brasileiros de 15-24 anos de idade constituem 19,1 % da população. Os homens jovens representam 19,6 % de todos os homens, e as mulheres jovens são 18,7 % de todas as mulheres; a diferença entre os gêneros deve-se à maior longevidade feminina. A parcela jovem da população brasileira é alta, comparada com a da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico): os jovens correspondem a apenas 13 % da população francesa, 14% da dos Estados Unidos, e 17 % das populações argentina e chilena.

Os principais pontos do relatório estão na “busca em desenvolver um argumento a favor de investimentos públicos nos jovens”, ou seja, demonstra através de fatos e pesquisas práticas, dos dados reais, resumindo num único documento a incidência dos múltiplos comportamentos de risco assumidos por eles e, além disso, quantificando, em termos monetários, o custo de tais comportamentos para o indivíduo e a sociedade.

“Identifica fatores que predisõem os jovens a engajar-se em comportamentos de risco, com o propósito de destacar os papéis desempenhados por vários atores sociais. Apresenta estatísticas comparáveis de outros países que podem ser tomadas como marco de referência para avaliar o progresso dos jovens brasileiros. Além de dá um passo atrás e pergunta qual a faixa etária mais, apropriada para caracterizar o contexto “jovem” no Brasil e quais as dinâmicas desse período. Apresenta exemplos de programas em outros países que tiveram sua eficácia comprovada empiricamente e podem ser úteis para a estratégia do Governo brasileiro de investir nos jovens.” (RELATÓRIO BANCO MUNDIAL, 2006)

Essa informação é importante para uma melhor compreensão e da importância que se deve ter para o público juvenil no Brasil. Na verdade ele se apresenta como um mapa territorial de uma parcela importante a população brasileira. A evolução e o conhecimento detalhado dos aspectos demográficos, sociais, culturais, econômicos, de saúde, entre tantos outros, que dizem respeito a segmentos populacionais específicos, deve ser traduzido como o alicerce principal para o estabelecimento de políticas voltadas para atender às demandas destes contingentes, independentemente de estarem tais políticas vinculadas às esferas públicas ou privadas. Neste texto, pretende-se tecer considerações sobre a natureza demográfica do segmento de jovens de 15 a 24 anos de idade, por se tratar de um recorte etário que requer especial atenção por parte dos responsáveis diretos pelo planejamento nacional, e até mesmo pela sua administração.

Observa-se no relatório do Banco Mundial alguns aspectos relevantes para esta pesquisa, primeiro pela ênfase categórica que o mesmo retrata nas questões essenciais sobre a juventude, dos investimentos necessários identificando as melhores intervenções, da necessidade de conhecer os fatores subjacentes que levam os jovens a envolver-se em comportamentos e eventos arriscados. O relatório cita o marco ecológico para o desenvolvimento humano como uma base conceitual bastante utilizada para compreender o desenvolvimento juvenil. muitos marcos para isso, mas todos eles apontam para o mesmo processo subjacente: a acumulação de experiências positivas (capital humano, bons modelos

comportamentais, oportunidades de participação, etc.) cria pessoas jovens que fazem melhores escolhas, e essas afetam positivamente suas vidas presente e futura.

Nesta parte, em específico, apresenta um marco para a análise e, apresenta uma discussão de possíveis determinantes dos comportamentos de risco dos jovens no Brasil. Em uma leitura dinâmica e uma observação estratégica o relatório nos apresenta aspectos como o modelo de jovens, como eles se apresentam, os fatores de risco onde são aqueles eventos e influências que aumentam a probabilidade de que a pessoa venha a engajar-se em comportamentos de risco mais tarde na vida. Ele define comportamento de risco como o comportamento que expõe quem assume o risco a resultados negativos, ou seja, a situações que comprometem o futuro de uma pessoa jovem. Um bom exemplo de comportamento de risco e bem presente em nosso cotidiano é a atividade sexual não-protetida: o comportamento não necessariamente tem uma consequência negativa, mas a probabilidade de que a pessoa contraia o HIV é maior que a de outra que cuida de se proteger. A contração do HIV seria um exemplo de um resultado negativo. Inversamente, fatores de proteção são aqueles eventos e influências na vida de uma pessoa que diminuem a probabilidade de que ela se envolva em comportamentos de risco. O quadro abaixo sistematiza um quadro de marco referencial como “tempos juvenis” para uma análise e melhor entendimento dos comportamentos de riscos.

Esses riscos são acompanhados de uma série de fatores capazes de sinalizar pontos negativos e positivos, ou situações de riscos positivas ou negativas no ambiente juvenil.

*Algumas poucas definições importantes para entender o marco de referência:quadro 1*

*Desenvolvimento juvenil* – processos de maturação física, social e emocional que ocorre na fase dos 15-24 anos (ou numa outra faixa etária definida).

*Desenvolvimento positivo* – engajamento em comportamentos socialmente positivos e afastamento dos que possam comprometer a saúde e ameaçar o futuro (Roth 1998).

*Resiliência* – capacidade de recuperar-se após uma adversidade (Rutter, 1993).

*Fatores de proteção* – aqueles fatores (individuais, familiares, ambientais) que reduzem os resultados negativos (Resnick,1997)

*Fatores de risco* (antecedentes de risco) - aqueles fatores que aumentam a probabilidade de engajar-se em atividades negativas (Jessor & Jessor 1977)

*Comportamentos de risco* – aqueles comportamentos que predisõem o jovem a conseqüências negativas. Não são aleatórios nem buscam uma excitação momentânea, mas têm um caráter “funcional, instrumental, com um propósito, e são orientados para um objetivo”; o risco envolvido é quase totalmente obliterado pelas metas de desenvolvimento pessoal que buscam promover (Jessor, 1998).

*Resultados negativos* – aqueles resultados que comprometem o futuro de uma pessoa jovem.

*Fonte: Relatório Banco Mundial*

O texto também se refere a um conjunto de fatores chave-subjacentes responsáveis pelo comportamento de risco dos jovens brasileiros, e que tem um reflexo importante no diagnóstico das políticas públicas para os jovens. Em geral e por muito tempo o campo da segurança pública buscou resolver seus problemas e questões institucionais buscando prioritariamente os meios militares, mapas de guerra, envolvendo, retirando de suas prioridades a questão dos jovens, conseqüentemente não lidando com fatores subjacentes, um dos motivos também que resultou em uma espiral de violência e instabilidade, e possivelmente causar o colapso de regras e normas internacionais. Políticas derivadas de uma nova conscientização de segurança global podem evitar esses perigos e promover alternativas construtivas. Uma abordagem firme e abrangente à criação de um mundo mais estável implica medidas destinadas a impedir o declínio ambiental, romper os grilhões da pobreza e reverter a tendência à desigualdade e insegurança social crescentes que geram desespero e extremismo. Uma mudança fundamental de prioridades é essencial para a realização dessas tarefas. Em última análise, a segurança tem que ser universal.

O relatório também revela o caos que se apresenta os jovens brasileiros pela circunstâncias e os cenários em que eles estão introduzidos e apontando as características desses cenários como uma dramaturgia com aspectos de situação de riscos. Como exemplo ele revela também: Os jovens brasileiros têm resultados acadêmicos inferiores aos dos jovens de outros países da comparação, eles trabalham e estudam em grande parte e em comparação aos outros países da América Latina, As chances de os jovens brasileiros estarem desempregados são 3,7 vezes as dos adultos, o que representa uma taxa muito mais elevada que a encontrada no restante da América Latina ou na OCDE, Quase 60% dos brasileiros entre 15 e 19 anos são trabalhadores não tem carteira assinada e uma pequena parte não recebe salário. O Brasil tem um dos índices mais altos de homicídio na América Latina, superado apenas pela Colômbia e por El Salvador. E para reduzir os comportamentos de riscos está em propor, montar, planejar e operacionalizar políticas públicas, isso levando-se

em consideração os comportamentos negativos e seus reflexos, essas ações devem ser potencializadas de forma coletiva e não concentrada em cada ação. Os jovens são o centro da ação e o governo deve dispor de vontade e engajamento no combate e retirada dos jovens de situação de risco e vulnerabilidade. E para a Instituição Guarda Municipal exerça o seu mandato de fato ela precisa ter ciência dessa complexidade, desses aspectos, dessa tapeçaria de questões que envolvem os jovens, para a partir daí haver posicionamentos e encaminhamentos de possibilidades para a resolução dos problemas sociais envolvendo os jovens e o inserção do mandato institucional da Guarda Municipal.

## **2.5 O papel do Guarda Municipal como Educador Social na prevenção da violência**

A Guarda Municipal, com as modificações do mundo contemporâneo, as novas concepções de segurança pública, os novos conceitos acerca da violência e da criminalidade, tornou-se uma Instituição também com cunho educativo, onde seus agentes (guardas municipais) começaram a exercer um papel de educadores sociais e profissionais que podem agir e interagir na prevenção e resolução dos problemas de violência e na resolução de conflitos. “O objetivo de qualquer política pública para a área da segurança não é acabar com a criminalidade, e sim situa-la num limite que não ameace a harmonia social. É a própria ordem estabelecida”, (SILVA, 1995), e é esse patamar sustentável, tolerável que se deve trabalhar para a formatação de atribuições dessa nova Guarda Municipal como "profissional híbrido" (FERMOSO, 1998:93), pode atuar de diferentes formas, designadamente com a família, com as crianças ou jovens, na proteção do patrimônio público, dos munícipes que também são patrimônios públicos, no meio onde se registram focos de violência e mesmo na escola como elemento mediador. Apesar de haver discursos divergentes acerca do âmbito de intervenção poder ser formal, informal ou não formal, onde (PETRUS, 1997: 31) diz simplesmente que "a educação social não deve ter, entre as suas competências, a responsabilidade da atividade escolar". De fato, a transmissão de conhecimentos e conteúdos programáticos compete aos docentes e não aos educadores sociais mas as atividades, responsabilidades e o trabalho coletivo deve também estar inserido dentro das atribuições do agente de segurança pública municipal. Na opinião de (FERMOSO, 1998:92-95), a intervenção poderá ser ao nível da prevenção primária e secundária, centrando-se a "educação preventiva primária" em campanhas de sensibilização contra a conduta violenta na escola, realizadas nas escolas, ou mesmo nos meios de comunicação social, formação de professores,

pais e educadores e os agentes de segurança pública municipal. A "educação preventiva secundária" seria realizar atividades de educação não formal individualizadas, auxílio pedagógico a alunos com condutas violentas, intervenção direta na resolução de conflitos, ajuda aos pais que têm filhos com condutas violentas, orientando-os na resolução de tais problemas. O campo de ação do guarda municipal perpassa por: "os setores sociais em desequilíbrio (...) além de solucionar determinados problemas próprios da inadaptação, tem duas funções não menos importantes: a primeira, desenvolver e promover a qualidade de serviços de segurança pública de todos os cidadãos; a segunda, adaptar e aplicar estratégias de prevenção das causas dos desequilíbrios sociais como projetos que envolvam a cultura de paz. Em outras palavras, apesar das relações entre educação social e marginalização serem evidentes, com a marginalização não se esgota o âmbito da educação social". (PETRUS, 1997: 27). De fato, a tarefa do guarda municipal é prevenir e intervir em situações de desvio ou risco em qualquer franja mais debilitada da sociedade, da mediação junto as redes sociais (redes essas capazes de fomentar com mais consistência os valores preventivos da missão e atribuição da Guarda Municipal), é uma das formas de representação dos relacionamentos afetivos ou profissionais dos seres humanos entre si ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos. A rede é responsável pelo compartilhamento de idéias entre pessoas que possuem interesses e objetivo em comum e também valores a serem compartilhados. Assim, um grupo de discussão é composto por indivíduos que possuem identidades semelhantes como a família, a escola, a igreja, os instrumentos públicos de saúde, as ongs, entre outros instrumentos capazes de dar mais dinamicidade ao trabalho de prevenção da Guarda Municipal, de forma a criar mudanças qualitativas. Deverá exercer intencionalmente influências positivas nos indivíduos. A educação social atua concomitantemente com outros trabalhadores sociais de modo interdisciplinar na proteção e promoção sociais.

Embora haja uma certa continuidade na transmissão de valores de pais para filhos, a verdade é que os jovens de hoje adquirem a sua identidade não só dentro, mas também fora da família, através de discursos variados que a escola e a família poderão ou não integrar. Todavia, a família não se pode demitir do seu papel e atribuir responsabilidades aos outros agentes educativos na formação dos seus descendentes.

### **3. BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Segurança pública é responsabilidade dos governos estaduais. Esta frase ecoou na arena pública brasileira por muitos anos, respaldada por argumentos legais baseados na Constituição Federal de 1988. O conceito de segurança pública como responsabilidade exclusiva dos governos estaduais parece estar ultrapassado. No século XXI, ele foi suplantado pela noção de que a participação do município - unidade federativa mais próxima do cidadão – é imprescindível na gestão dos problemas de violência e criminalidade. E a tendência é incentivada por organismos internacionais e pelo governo federal como política pública. E a própria população, sentindo a real necessidade de proteção e verificando de fato a desocupação e a falência do estado em cumprir com suas obrigações, onde a polícia estava assim, perdendo o seu “mandato de polícia” para as facções, grupos de milícias, entre outros aspectos favoreceu para essa retomada do poder municipal em tomar de conta da sua casa.

No entanto, essa mudança de abordagem esbarra não só em estruturas estabelecidas e culturas arraigadas como na própria Constituição Federal de 1988, que no artigo 144, da segurança pública, menciona apenas vagamente os municípios: “poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. Embora a lei não caminha na mesma velocidade, mas isso não impede que as guardas municipais já atuem na segurança pública. De dez anos para cá, elas já vêm assumindo funções de manutenção da ordem pública", pela necessidade, pela relevância, assim como também pela soma de forças encaminhada pela cooperação entre as polícias estaduais e as guardas municipais.

Alguns Projetos de Emenda Constitucional (PECs) para melhor definir ou ampliar o papel do município na segurança pública tramitam na Câmara e no Senado, mas, de acordo com a antropóloga Haydée Caruso, doutoranda da Universidade Federal Fluminense, há pouco debate público sobre o conteúdo, os avanços e limites da lei. Em compensação, observa a pesquisadora, dependendo do conceito que se tem de "prevenção da violência", outros artigos constitucionais embasam a atuação do município na segurança.

"Se olharmos a questão por outro prisma, o município que atua no campo da prevenção não estará usurpando funções do estado, e sim cumprindo suas atribuições legais. Em médio e longo prazos, as ações deverão levar à redução dos índices de violência e criminalidade e, com isso, o poder local terá participação pró-ativa na gestão da segurança pública", explica Haydée.

O governo federal incentiva essa visão. No Plano Nacional de Segurança Pública lançado em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, o capítulo IV - Reformas substantivas na esfera municipal: segurança pública no município – a Guarda Municipal - trata da questão. Ao mesmo tempo, a Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública foi alterada para que municípios que não possuíssem guardas municipais pudessem pleitear recursos para iniciativas como a elaboração de diagnósticos e planos de segurança, o fortalecimento do policiamento comunitário e a criação de Conselhos Municipais de Segurança – CMS, nos mesmos moldes dos Conselhos Estaduais de Segurança – CCDS.

A partir daí os municípios começaram timidamente a se organizarem no intuito de contribuir de forma legal na segurança pública dos municípios. A diversidade de realidades dos Municípios não se explica exclusivamente pelas desigualdades regionais, mas também por desigualdades intrarregionais. Segundo o IBGE, a distribuição segundo o número de habitantes mostra que 49,5% dos Municípios brasileiros possui menos de 10 mil habitantes, sendo que as regiões que apresentam percentuais acima dessa média são a Sul (67,5%), a Centro-oeste (56,7%) e a Sudeste (50,4%). Conforme pode ser observado, as maiores concentrações de Municípios de pequeno porte demográfico, que geralmente contemplam aqueles classificados como os mais pobres, paradoxalmente se encontram relativamente em maior quantidade nas regiões consideradas as mais desenvolvidas

Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por forma de registro dos atendimentos, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2006							
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com existência de Guarda Municipal					
		Total (1)	Forma de registro dos atendimentos				
			Livro de ocorrência	Formulário impresso	Formulário eletrônico	Outra	Não registra m
<b>Brasil</b>	<b>5 564</b>	<b>786</b>	<b>348</b>	<b>207</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>193</b>
<b>Norte</b>	<b>449</b>	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>13</b>
Rondônia	52	1	-	1	-	-	-
Acre	22	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	40	27	1	1	-	11
Roraima	15	1	-	1	-	-	-
Pará	143	13	10	1	-	-	2
Amapá	16	2	2	-	-	-	-
Tocantins	139	3	1	1	-	1	-
<b>Nordeste</b>	<b>1 793</b>	<b>358</b>	<b>177</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>140</b>
Maranhão	217	56	31	5	-	-	20
Piauí	223	13	6	1	-	-	6
Ceará	184	51	30	6	3	-	12
Rio Grande do Norte	167	13	6	-	-	-	7
Paraíba	223	21	8	2	-	1	10
Pernambuco	185	44	21	5	1	3	13
Alagoas	102	24	14	1	-	-	9
Sergipe	75	10	5	1	-	-	4

Bahia	417	126	56	7	-	1	59
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>299</b>	<b>97</b>	<b>148</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>36</b>
Minas Gerais	853	41	12	17	2	4	6
Espírito Santo	78	7	1	3	-	1	2
Rio de Janeiro	92	66	47	8	-	2	9
São Paulo	645	185	37	120	7	2	19
<b>Sul</b>	<b>1 188</b>	<b>53</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
Paraná	399	19	5	11	-	-	2
Santa Catarina	293	10	6	3	-	-	1
Rio Grande do Sul	496	24	13	8	1	1	1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>466</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Mato Grosso do Sul	78	5	4	1	-	-	-
Mato Grosso	141	5	2	2	1	-	-
Goiás	246	6	4	1	1	-	-
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

(1) Inclusive os sem declaração da forma de registro.

Segundo a pesquisa dos 5564 municípios brasileiros 786 possuem guardas municipais, em porcentagem equivale a 14,11%, distribuídos da seguinte forma: a região Nordeste com 358, equivalente a 45,54% do total, em seguida vem o Sudeste com 299 (38%), região Norte com 60 guardas constituídas equivalendo a 7,63%, a região sul com 53 equivalente a 6,74% do total e por ultimo vem a região centro oeste com 16 equivalendo 2,03%. Esse diagnóstico também revela que do total 348 fazem registros de ocorrências em livros, 207 utilizam formulário impresso, 17 utilizam o meio eletrônico, 16 outros tipos e 193 não fazem nenhum registro, ou seja, apesar dos problemas enfrentados pelos municípios e pela segurança pública em nosso país, tivemos um considerável avanço no que tange aos municípios tomarem para si o desafio de compor as suas guardas municipais e assim promoverem políticas públicas em segurança pública em nível local, mas também nos remete a uma reflexão acerca da modernização, capacitação, formação e engajamento para a prática de eficientes e eficazes em suas respectivas áreas.

De acordo com esta pesquisa, realizado pelo IBGE municípios tinham Guardas Municipais, sendo a maior parte (75,8%) grandes centros urbanos com população entre 100 mil e 500 mil. No artigo na Revista Brasileira de Segurança Pública, Carolina e Haydée

discutem o papel da guarda municipal e seus integrantes e concluem que a instituição é “complexa e desconhecida”:

Em comparação com uma pesquisa realizada pela SENASP, em 2003, tivemos um aumento significativo das guardas municipais no país. Em sua pesquisa denominada “Perfil Organizacional das Guardas Municipais”, as Guardas Municipais estavam distribuídas pelo território nacional de forma heterogênea. Verificou-se uma grande concentração na região Sudeste, em particular no Estado de São Paulo. Cerca de 71% das 192 Guardas Municipais que responderam ao questionário se encontra nesta região geográfica. As regiões Nordeste e Sul concentram 12,5% e 11,5% do total das Guardas Municipais, respectivamente. As regiões Norte e Centro-Oeste são onde se localiza menor número de Guardas Municipais.

**FIGURA 2: Concentração das Guardas Municipais por região geográfica (Brasil – 2003):**



**Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil Organizacional das Guardas Municipais 2004.**

Constitucionalmente, o papel das guardas está restrito ao policiamento dos bens, serviços e propriedades públicas. Entretanto, no mundo real as guardas são acionadas cotidianamente para mediar e administrar conflitos no espaço público. Seja na escola, na

praça, no trânsito, nas quadras de um bairro, nos corredores comerciais e culturais, os guardas são exigidos e deles se espera uma resposta, um encaminhamento, uma atuação.

Segundo as autoras, os guardas municipais vivem em permanente tensão com a Polícia Militar por não estar claramente definido o que podem fazer. Exige-se que façam policiamento preventivo, mas legalmente não possuem poder de polícia. Elas observam ainda que grande parte das guardas municipais é comandada por policiais militares reformados ou na ativa, que operam com códigos simbólicos característicos dos militares, internalizados também no processo de formação e aperfeiçoamento profissional.

### **3.1 Funções e Atribuições das Guardas Municipais**

O fato social é sempre o ponto de partida na formação do Direito, que surge das necessidades fundamentais das sociedades humanas, reguladas por ele como condição essencial à sua própria sobrevivência. É no Direito que encontramos a segurança das condições inerentes à vida humana, determinada pelas normas que formam a ordem jurídica. Antes de nascermos, já somos protegidos por suas leis. Durante o período de nossas vidas, nos deparamos a todo instante com ele e, mesmo depois de partirmos, é o Direito que dirige o que aqui deixamos. O papel do Direito nas guardas municipais e o reconhecimento de suas leis são de suma importância para as funções e atribuições das guardas municipais. Por isso é de fundamental importância que todas as guardas (Instituições) tenham a clareza da compreensão das necessidades básicas da comunidade, a interação social – reflexiva sobre diferentes formas de ação-reação, bem como as técnicas de expressão, abordagem do cidadão em situações cotidianas e críticas e um bom preparo psicológico na administração de conflitos.

### **3.2 Da Compreensão dos Direitos e Deveres Individuais (CF, 88).**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

### **3.3 A guarda municipal na Constituição de 88**

A Constituição Federal, em seu Capítulo III (da Segurança Pública), organiza e define:

“Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – policiais militares e corpos de bombeiros militares.

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.”

### **3.4 A Nova guarda municipal para uma segurança cidadã**

A Constituição de 1988 autoriza os Municípios a constituírem Guardas Municipais visando à proteção de seu patrimônio, bens e serviços. Esse papel de segurança patrimonial, que é definido por algumas administrações municipais como secundário, tem sido bastante ampliado e redefinido sem que se viole o preceito constitucional. Algumas Guardas, desmilitarizadas e desvinculadas da força policial estadual, vêm se tornando agências públicas de segurança preventiva de fato. A Confederação Nacional das Guardas Municipais declara que existem, hoje, no país, cerca de 60 mil guardas civis, lotados nas mais de 700 Guardas Municipais, as quais atuam sem parâmetros mínimos e comuns de estrutura e funcionamento.

A SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública – criou um banco de dados sobre as Guardas Municipais, tendo como base pesquisa realizada em 2002 e dados do IBGE. Contudo, as informações estão sendo revistas, pois muitos municípios confundiram, na mesma categoria funcional, guardas civis e vigilantes patrimoniais, distorcendo, nesse sentido, o quadro atual das Guardas Municipais. Portanto, inexistente, atualmente, um sistema de informações fidedignas que nos possibilite mapear a realidade das Guardas Civis no Brasil. Mesmo assim, é possível inferir um conjunto de informações que oferecem um retrato geral da situação das GM.

O Plano Nacional de Segurança Pública apresentou como diagnóstico o seguinte cenário: A instituição Guarda Civil Municipal não possui uma identidade uniforme,

legitimada e reconhecida nacionalmente. Por conseqüência, algumas ainda são vistas como Serviços de Vigilância Patrimonial. Muitos guardas Municipais tiveram a sua formação na segurança privada e são ex-vigilantes. Muitas Guardas não possuem hierarquia, cadeia de comando ou gerenciamento adequado de informações. Não há mecanismos de gestão, código de ética, controle interno ou externo, ou seja, mecanismos que garantam legitimidade, confiabilidade e eficiência.

As Guardas, via de regra, não possuem padrões mínimos de recrutamento, seleção e formação – concurso, exigência de escolaridade, currículo mínimo de formação e capacitação orientada por finalidades públicas. O acesso dos guardas civis à tecnologia de informação e comunicação também é precário e contingente. Os equipamentos de treinamento e a preparação física são precários. Em inúmeros casos, há carência de uniformes, símbolos distintivos, rituais próprios, uma linguagem particular e formas de comunicação com a sociedade que contribuam para a constituição de uma identidade institucional. Os regimes de trabalho não estão padronizados e não há plano de carreira. O uso e o controle do emprego de armas de fogo, assim como a necessária reciclagem a cada dois anos, não estão sendo devidamente fiscalizados. Enfim, há uma crise entre a identidade instituída e a identidade instituinte. O debate central no interior das entidades representativas das Guardas gira em torno do papel e das novas atribuições que devem assumir, alcançando também temas como acesso a equipamentos de proteção e a armas letais.

Há gestões que defendem a concessão de maiores responsabilidades às Guardas municipais, sem ferir o previsto na Constituição e sem encará-las como uma espécie de duplicação das polícias militares. Nestes casos, atribui-se à interação dos profissionais da Guarda com a comunidade um lugar central, valorizando-se também seu relacionamento cooperativo com os demais órgãos do poder público, entre eles e com especial destaque as Polícias estaduais.

O processo de expansão de atribuições das Guardas, a influência de uma cultura reativa, a fragilidade conceitual e a escassez de quadros capacitados para a gestão de uma Guarda Municipal cidadã vêm favorecendo a reprodução de estratégias, vícios e limitações que hoje caracterizam as polícias estaduais, como desorganização operacional, desvios de conduta profissional, despreparo, entre outros aspectos, assim como a conseqüente disputa

irracional de competências, em lugar do intercâmbio solidário, da troca de informações e da cooperação nas ações de prevenção.

O Brasil está diante de uma oportunidade histórica: rever o pacto constitucional, relativo às instituições da segurança pública, graças às novidades que emergem na esfera municipal. Estamos na iminência de romper a camisa-de-força de nosso modelo policial, engessado pelo centralismo anti-republicano, autoritário e incompatível com a diversidade nacional. O ingresso do município no campo da segurança pública, como o novo protagonista, assumindo responsabilidades crescentes (às quais deverá corresponder o repasse de recursos equivalentes), expressa fundas necessidades de reforma e prenuncia mudanças em larga escala.

### **3.5 A Guarda Municipal de Fortaleza quebrando paradigmas e reconstruindo a sua história**

A Guarda Municipal de Fortaleza criada em pela Lei Nº 1.396, de 10 de julho de 1959, mas incorporou e legitimou em teoria e prática sua concepção de reestruturação no início de 2005. Essa concepção perpassa pela proposta de uma Guarda voltada para a Gestão do conhecimento, Planejamento Estratégico e com base nas concepções Declaração Mundial dos Direitos Humanos.

### **3.6 Tripé: Gestão do Conhecimento (Inteligência Humanística), Planejamento Estratégico (Administrativo e operacional) e Qualificação do Capilador em Segurança Pública.**

Em Estudo realizado anteriormente o qual me serve como pesquisa exploratória para o atual, (AGUIAR, 2007), onde a idéia inicial foi propor a compreensão que o município, através da Guarda Municipal teria que promover políticas públicas objetivando a redução da violência e da criminalidade, através de projetos e programas sociais para que houvesse um impacto na humanização de suas funções. Para isso mobilizou-se todos os movimentos sociais e a sociedade como um todo para participar de um grande Seminário Municipal de Segurança Urbana (2005), em conjunto com as Universidades locais tendo como objetivo central elaborar políticas públicas voltadas para a diminuição da violência, pois a aplicação de qualquer ação é política pública e, nesse sentido, não pode ocorrer de forma empírica ou

através de “achismo”. No campo das políticas públicas de segurança urbana, deve-se agir com responsabilidade, posto que, são ações que implicam diretamente na vida da população. A idéia foi contar com a participação popular, reunindo organizações governamentais que lidam com segurança pública, ONG’s, instituições de política da juventude, conselho de moradores, associações de bairros, organizações de Direitos Humanos, entidades de defesa dos Direitos das Mulheres e de minorias, dentre outros.

O resultado desse Seminário foi à construção coletiva de políticas intersetoriais para a redução da violência, como também perceber, através dos documentos e discussões propostos no Seminário como estava sendo concebido e analisado pela população local a questão da violência e criminalidade e, como se daria a ação dos operadores de segurança pública, ou seja, entender o fenômeno em nível local para depois construir metodologia de trabalho focada nesse aspecto.

### **3.7 Gestão do conhecimento na Guarda Municipal para atingir a excelência humanística e organizacional.**

Para a Guarda Municipal, a Gestão do Conhecimento na prática é um processo sistemático, articulado e intencional, apoiado na geração, codificação, disseminação e apropriação de conhecimentos, com o propósito de atingir a excelência organizacional.

O primeiro ponto a ser trabalho foi a questão do esclarecimento da missão do Guarda Municipal e qual o seu papel perante todo o processo de Segurança Pública, isto é, quem é o seu cliente. Apesar de ser uma questão emblemática esse ponto foi primordial para amenizar e ser mais bem compreendido pelos guardas municipais. Para além das funções de cuidar e proteger o patrimônio público municipal percebeu-se que estava lançado um novo desafio a esta função que era atribuir a essa nova missão a construção de políticas públicas de compreensão e amenização da criminalidade e violência e incorporar a pedagogia da cidadania para captar a identificação e seduzir o cidadão para que se promovesse uma relação de confiança.

Neste momento estabelecia-se a função capilar do profissional de segurança pública, ou seja, uma força que integrada e associada às Instituições Polícias Militar, Civil, Bombeiros, cada um com sua função específica, deveria se unir em prol de estabelecer processos de Segurança Pública.

Outros aspectos se juntaram na composição da gestão do conhecimento como criar um novo olhar para as “lideranças guardas municipais”, onde trabalhou-se as diversas habilidades e competências dos guardas municipais para o gerenciamento de ações e operações, interna e externamente. Estabeleceu-se critérios de perfil organizacional dentro da instituição, onde através de dados como nível educacional, capacitação profissional, saúde ocupacional, habilidades físicas e científicas entre outros aspectos foram inseridos nesse contexto para um valioso diagnóstico organizacional, atribuindo-se a estes fatores determinantes como necessidade de auto-afirmação dos guardas, aspectos psicológicos, ou seja, competências essenciais.

### **3.8 Métodos de Gestão e Planejamento Estratégico Participativo na Instituição Guarda Municipal**

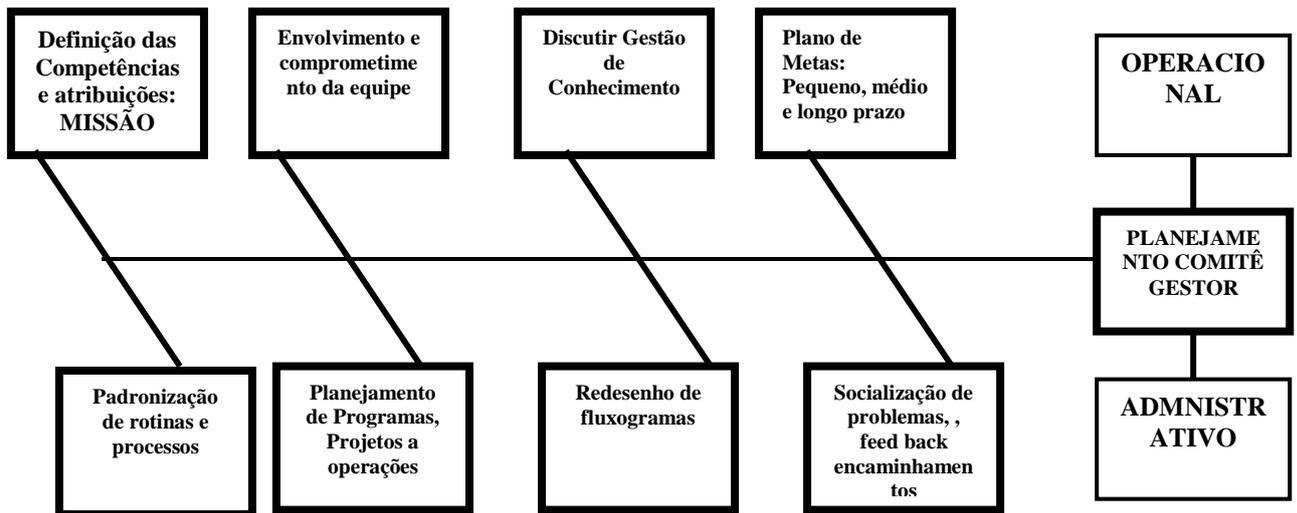
A busca pela excelência, qualidade de serviços e maior compreensão dos objetivos específicos da instituição Guarda Municipal perpassou pela implantação de métodos de gestão ligados diretamente com os pontos da administração pública através da legitimidade, pelas normas pertinentes a cada ato e de acordo com a finalidade e o interesse coletivo na sua realização. Até mesmo os atos discricionários a conduta de quem os pratica há de ser legítima, isto é, conforme as opções permitidas em lei e as exigências ao bem comum, somando tudo isso a alma da administração estratégica. Enfim ter uma maior compreensão da Cidade, do município e do próprio guarda municipal e construir um cenário de possibilidades para essa trílice aliança, sem contrapor ou invadir o espaço de outras instituições como polícia militar entre outras.

Verificou-se alguns pontos importantes na implantação dos métodos de Gestão na instituição Guarda municipal entre eles:

- a) **Comitê Gestor:** criou-se o comitê gestor que na realidade se concretizava através da reunião, união, incorporação e qualificação dos chefes de setores e dos comandantes operacionais para que coletivamente, através de reuniões sistemáticas, periódicas, com seriedade, pudessem discutir, propor, encaminhar todos os assuntos inerentes à guarda municipal, sendo assim, todos os problemas, vantagens, opiniões estavam sob a responsabilidade de todos com orientação do Gestor da instituição. E os resultados são fantásticos, pela dinâmica e pela agilidade como os assuntos são tratados,

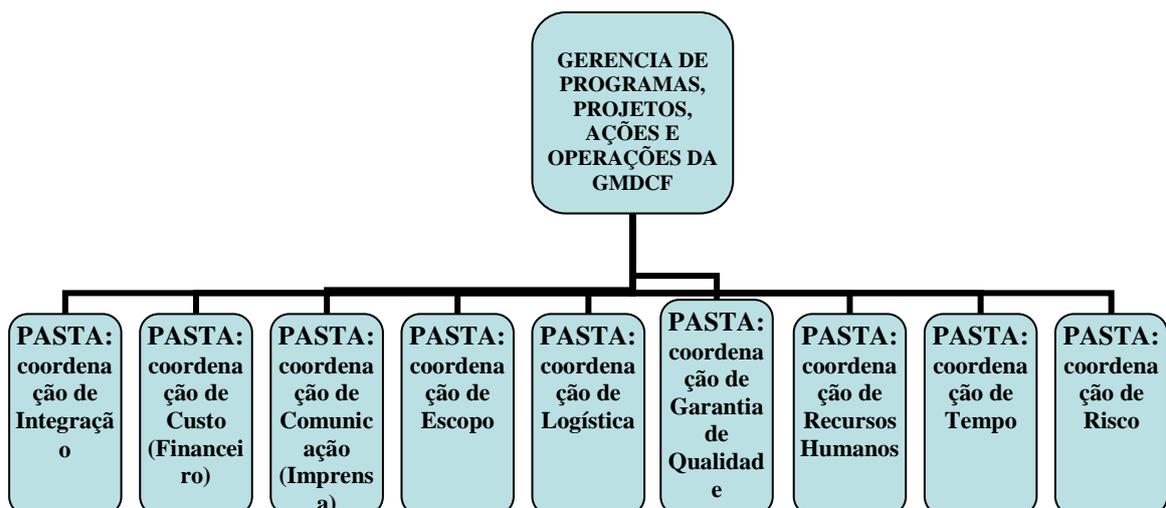
discutidos e encaminhados, além de promover a socialização de uma gestão séria, transparente e participativa, quebrando aí a dicotomia da burocracia na administração pública.

**FIGURA 3 - Diagrama de COMITÊ GESTOR (Eficaz, Eficiente e Efetivo)**

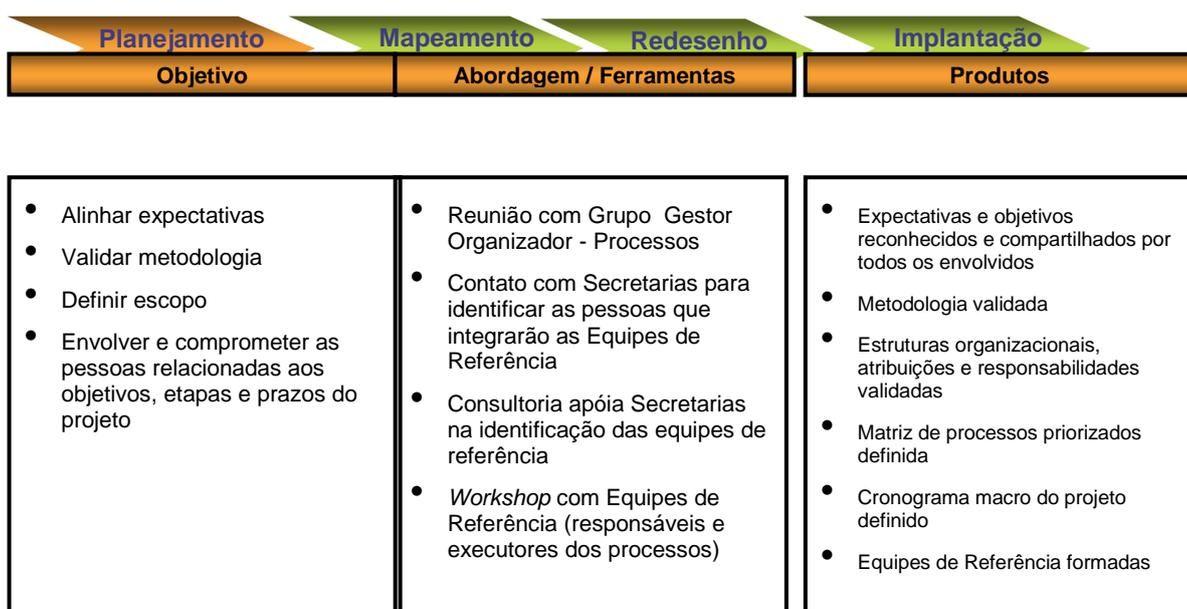


O diagrama aponta para as causas para o problema e sinaliza “Instituição Eficiente”, abordando os problemas em questão. Outra atribuição relevante que perpassa pelo Comitê Gestor são as análises, avaliação e implementação dos projetos se dispondo da seguinte forma.

**ORGANOGRAMA 1 - Organograma e socialização dos programas, projetos, ações e operações.**



**FIGURA 4 - Redesenho de fluxogramas de processos: Operacionais e Administrativos**



- b) **Projetos a ações sociais com base na transversalidade em Direitos Humanos:** o programa Fortaleza de Paz para atuar na redução dos fatores que as produzem e desencadeiam a violência e a criminalidade, propondo a redução da violência urbana através da redução da vulnerabilidade e da exclusão social, através de articulação coletiva e sobreposta de maneira eficiente e eficaz do poder público municipal. Promovendo um salto de qualidade na visão de diagnosticar, elaborar plano de ações, mais ou menos detalhados, sistematizar processos e engajar diferentes instrumentos públicos de forma a otimizar custos benefícios.

- c) Implantou-se um perfil dos projetos em desenvolvimento na Guarda Municipal de Fortaleza, configurando assim, a nova perspectiva de trabalho no tocante ao papel da Política de Segurança Urbana Municipal. Em face da nova administração, voltada esta para a efetiva participação popular e a defesa dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. Entre eles:
- ✓ Guarda Municipal nas praças, proporcionando um ensaio do policiamento comunitário bem próximo da população, equipe de guardas que consolidam uma atuação diferenciada nas praças do município de Fortaleza, utilizando um caráter sócio-educativo, visando a preservação do patrimônio público.
  - ✓ A criação do Pelotão Ambiental, com a função de exercer um papel de multiplicador da educação e fiscalizador do meio ambiente, visando sua preservação e com foco nas questões de políticas públicas de segurança ambiental, rotinas de trabalhos operacionais como blitz com outras secretarias para a efetivação do trabalho e a presença do poder público, trabalho de controle da poluição de qualquer natureza que possa resultar em danos à saúde humana, à fauna e à flora, através da realização de blitz, aplicando a legislação, Monitoramento das áreas de proteção ambiental onde São rotas definidas para o monitoramento das possíveis áreas de acúmulo de resíduos sólidos em Fortaleza, Trilhas da Saúde, Realização de palestras sobre Educação Ambiental e atividades físicas direcionadas à Melhor Idade.
  - ✓ O Redesenho das funções dos pelotões já existentes como o ROPE - Pelotão Ronda Preventiva Escolar, caracterizando-se por realizar um trabalho de segurança preventiva nas escolas públicas, promovendo bem-estar aos alunos, pais, professores e à comunidade e vinculando para suas atribuições os projetos: **Anjos da Guarda** – Projeto voltado para a formação de multiplicadores de cultura de paz nas escolas do município que consiste em palestras ministradas nas escolas públicas municipais, visando resgatar os valores humanos e promover uma cultura de paz na sociedade, solidificando as ações educativas com viés na minimização da

criminalidade e violência. e **Campanha de Desarmamento Infantil** – A Campanha de Desarmamento Infantil, criada com o intuito de promover e incentivar a leitura, diminuir e conscientiza as crianças e adolescentes sobre o risco de armas de fogo, através do ato de trocar uma arma de brinquedo por uma revista. Pelotão Especial (PE). Atua no controle de manifestações de desordem, a fim de garantir a segurança da população em situações de crise, bem como a realização de patrulhamento em praças, órgãos públicos municipais, logradouros e escolta da Prefeita do Município de Fortaleza e demais autoridades. Pelotão de Ciclopatrulhamento, realizando serviços de ciclopatrulhamento na orla marítima de Fortaleza, preservando o patrimônio público, como os bens, serviços e instalações, inibindo ações criminosas contra os munícipes e garantindo a cidadania dos mesmos. Pelotão Salvamento Aquático, realizando ações de segurança junto à orla marítima de Fortaleza, desempenhando a função de salva-vidas, inibindo delitos na praia, atendendo solicitações de informações turísticas, além de prevenir o banho em áreas perigosas e monitoramento de parte da orla marítima da cidade através de postos elevados.

Na verdade todas essas ações foram redesenhadas com o intuito de promover a aproximação com a população, esclarecer de forma prática a missão dos guardas municipais, promover a integração e transversalidade com outros órgãos do município, e legitimar todas as ações da instituição baseada nos Direitos Humanos e na aproximação com o munícipe de forma íntegra e cidadã. Diante do serviço prestado, faz-se necessário um maior investimento nos equipamentos que subsidiam a eficiência das atividades desenvolvidas pelos guardas municipais, uma vez que as gestões anteriores não reconheciam as atividades desenvolvidas por estes.

A partir da nova visão é primordial que todos os pelotões tenham condições dignas e eficientes para a concretização de suas atribuições, na perspectiva de valorizar cotidianamente os servidores da instituição.

Nesse sentido a instituição visa investir em equipamentos e suporte operacional, como por exemplo, na construção de postos de serviço por toda orla marítima de Fortaleza, aquisição de equipamentos, como barcos, materiais de primeiro socorro, capacitações, aquisição de veículos próprios para o desenvolvimento das atividades.

### 3.9 Princípios gerais do Planejamento das Instituições de Segurança Pública

Segundo Oliveira (1997), o planejamento dentro de uma instituição deve respeitar alguns princípios para que os resultados de sua operacionalização sejam os esperados. Pode-se separar esses princípios em gerais e específicos.

São quatro os princípios gerais para os quais o gestor deve estar atento:

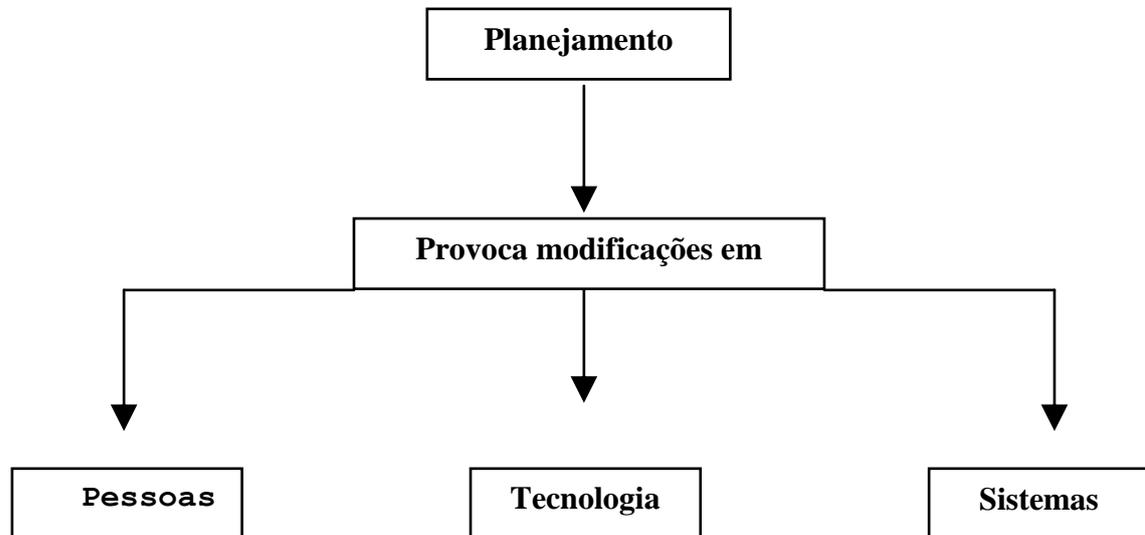
a) **O princípio da contribuição aos objetivos**, e neste aspecto o planejamento deve sempre visar aos objetivos máximos da empresa. No processo de planejamento deve-se hierarquizar os objetivos estabelecidos e procurar alcançá-los em sua totalidade, tendo em vista a interligação entre eles.

b) **O princípio da precedência do planejamento**, correspondendo a uma função administrativa que vem antes das outras (organização, direção e controle). Na realidade, é difícil separar e seqüenciar as funções administrativas, mas pode-se considerar que, de maneira geral, o planejamento “*do que e como vai ser feito*” aparece na ponta do processo. Como consequência, o planejamento assume uma situação de maior importância no processo administrativo.

c) **O princípio da maior penetração e abrangência**, pois o planejamento pode provocar uma série de modificações nas características e atividades da empresa. Algumas destas modificações são mostradas na **Figura 1**.

As modificações provocadas nas pessoas podem corresponder à necessidade de treinamento, substituição, transferências, funções, avaliação, entre outros; na tecnologia pode ser apresentada pela evolução dos conhecimentos, pelas novas maneiras de fazer os trabalhos, entre outros; e nos sistemas podem ocorrer alterações nas responsabilidades estabelecidas, nos níveis de autoridade, descentralização, comunicações, procedimentos, instruções, entre outros.

**FIGURA 5** - Algumas modificações provocadas pelo planejamento.



Fonte: Oliveira, 1997.

d) **O princípio da maior eficiência, eficácia e efetividade.** O planejamento deve procurar maximizar os resultados e minimizar as deficiências. Por intermédio desses aspectos, o planejamento procura proporcionar à instituição uma situação de eficiência, eficácia e efetividade.

**Eficiência é:**

- Fazer as coisas de maneira adequada.
- Resolver problemas.
- Salvaguardar os recursos aplicados.
- Cumprir o seu dever.
- Reduzir os custos.

### **Eficácia é:**

- Fazer as coisas certas.
- Produzir alternativas criativas.
- Maximizar a utilização de recursos.
- Obter resultados.
- Aumentar o lucro.

### **Efetividade é:**

- Manter-se no ambiente.
- Apresentar resultados globais positivos ao longo do tempo (permanentemente).

A efetividade representa a capacidade da instituição coordenar constantemente, no tempo, esforços e energias, tendo em vista o alcance dos resultados globais e a manutenção da instituição no ambiente. Portanto, para que a instituição seja efetiva, é necessário que ela também seja eficiente e eficaz. É importante salientar que a eficiência, eficácia e efetividade são algumas das principais medidas para avaliar uma boa administração, pois normalmente os recursos com os quais o administrador trabalha são escassos e limitados.

A figura 1 apresenta a eficiência e a eficácia do ponto de vista interno e externo das instituições, bem como as características básicas de suas ocorrências em níveis de intensidade baixos e altos.

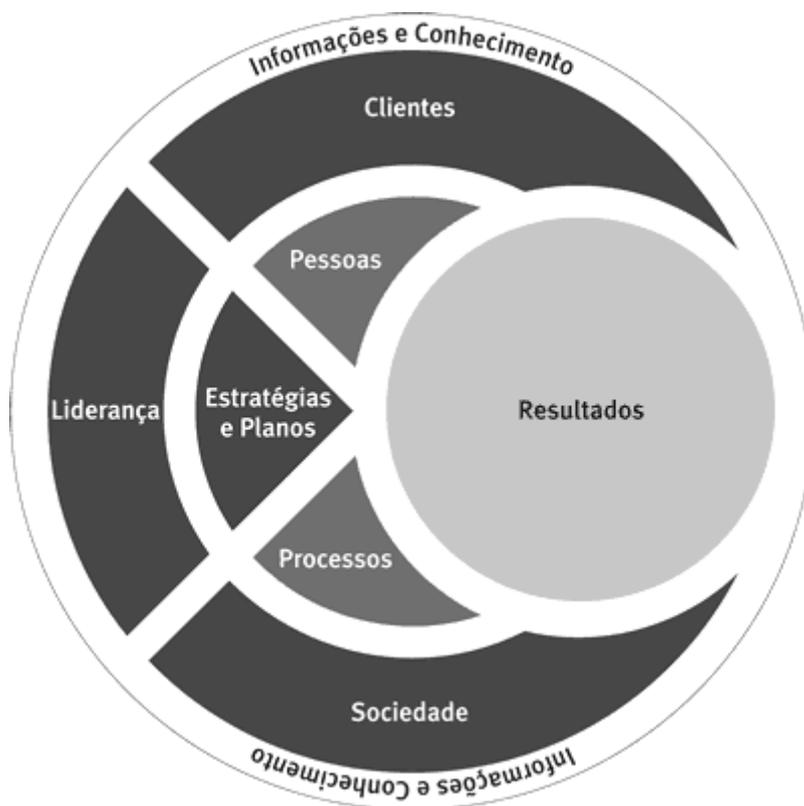
A eficácia de uma instituição depende basicamente de dois aspectos:

- a) **Da capacidade** de identificar as oportunidades e necessidades do ambiente.

b) **Da flexibilidade** à adaptabilidade, visando usufruir dessas oportunidades e atender às necessidades identificadas no ambiente.

A figura abaixo demonstra a organização da instituição para o alcance dos objetivos, através do planejamento estratégico.

**FIGURA 6 - GRÁFICO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**



### 3.10. O conceito de Polícia

”polícia é uma forma particular de ação coletiva, organizada como administrações públicas, com a missão geral de assegurar a soberania de seu Estado e a segurança dos súditos deste Estado. Tal missão é desempenhada por meio do uso legítimo da força aplicada a uma multiplicidade de atores e de situações internos, força esta condicionada e limitada pelos aparatos da lei “(MARINHO, 2002, p. 13).

Segundo a mesma autora, no mundo contemporâneo, ainda existe três atributos das organizações policiais constituintes dessa definição: o seu caráter público, a especialização e a profissionalização. De acordo com seu entendimento, o caráter público do policiamento relaciona-se ao caráter coletivo da ação e à sua dependência e financiamento por parte das

comunidades. Já a especialização diz respeito à exclusividade para se desempenhar uma determinada tarefa. E, por fim, a profissionalização se caracteriza pela preocupação com a qualidade no desempenho. Por todas essas definições e conceitos, verifica-se claramente que estamos diante de uma atividade que prescinde de planejamento e organização em suas ações, para que se atinja resultados concretos. Uma nova geração de transformações da Gestão Pública da atividade policial. Embora muito do que se tenha dito até o presente momento tenha como fundamento os conceitos comumente desenvolvidos por empresas de natureza privada, as mudanças pelas quais passa a administração pública moderna têm como objetivo alcançar a eficiência dessas mesmas empresas e no âmbito da segurança pública potencializar bons resultados, com encaminhamentos mais consistentes, de acordo com o objetivo estabelecido com o planejamento estratégico, tático e operacional.

### **3.11 O Modelo de Instituições Policiais na visão da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública)**

A Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, procurando um modelo eficaz de polícia e instituições fortes, lançou em 2005 o trabalho intitulado “MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA BRASILEIRA, Aspectos Conceituais, Perspectivas e Desafios”, introduzindo conceitos de gestão hoje recomendados para o setor público em geral. Esses modelos estão caracterizados na organização, planejamento, medição e avaliação de eficiência das instituições policiais, plena formação para o exercício do uso legal da força, dos aspectos de boa formação, das implantações de programas de saúde ocupacional para os policiais, enfim, a existência de todo um contexto em prol de um bom desempenho das policias tendo como ponto dois atores principais: o Cidadão e os Direitos Humanos.

A Guarda Municipal de Fortaleza, órgão da Administração Pública Direta, tem como missão planejar e executar medidas que garanta a segurança e a perfeita condição de uso dos bens e equipamentos de uso público, bem como, participar no contexto da segurança pública, de forma preventiva na proteção à população com ações de Segurança, Cidadania e Defesa Civil. uma nova concepção de patrimônio público que é a proteção do município e a pulverização de projetos sociais vinculados a questão da segurança e a compreensão da violência e criminalidade através do mapeamento das escolas e o registro das ocorrências no ambiente escolar e em seu entorno e planejamento e a execução dos programas educacionais

com viés de segurança pública como: o Projeto “Anjos da Guarda, a Campanha de Desarmamento Infantil entre outros.

### **3.12 Pelotão ROPE e seus mecanismos de prevenção da violência**

A Guarda Municipal como órgão de referência, atua de forma sistemática na seara da educação focada nas questões de segurança pública e cultura de paz, tendo suporte no gerenciamento das vulnerabilidades, respaldando desta forma a sua atuação no âmbito preventivo junto à comunidade local e escolar.

O trabalho da Ronda Preventiva Escolar (ROPE), criado através do Decreto nº 11.527 de 21 de novembro de 2003, com as seguintes atribuições: - apoiar a Secretaria Municipal de Educação (SME), objetivando o melhor atendimento aos alunos, professores e colaboradores na questão de segurança das unidades escolares. É um dos pelotões da instituição que dinamiza as ações preventivas e educacionais, primando pelo desenvolvimento de trabalhos comunitários, tendo o ROPE e os Anjos da Guarda como referência ao desenvolvimento desta proposta interventiva no seio da sociedade fortalezense, por isso a necessidade de incrementar no quantitativo de servidores que compõe o pelotão, pois atualmente contam com 52 componentes. Aumentar o efetivo é necessário para que as Rondas Escolares e o Projeto Anjos da Guarda possam solidificar as suas ações em sua plenitude em todas as unidades escolares.

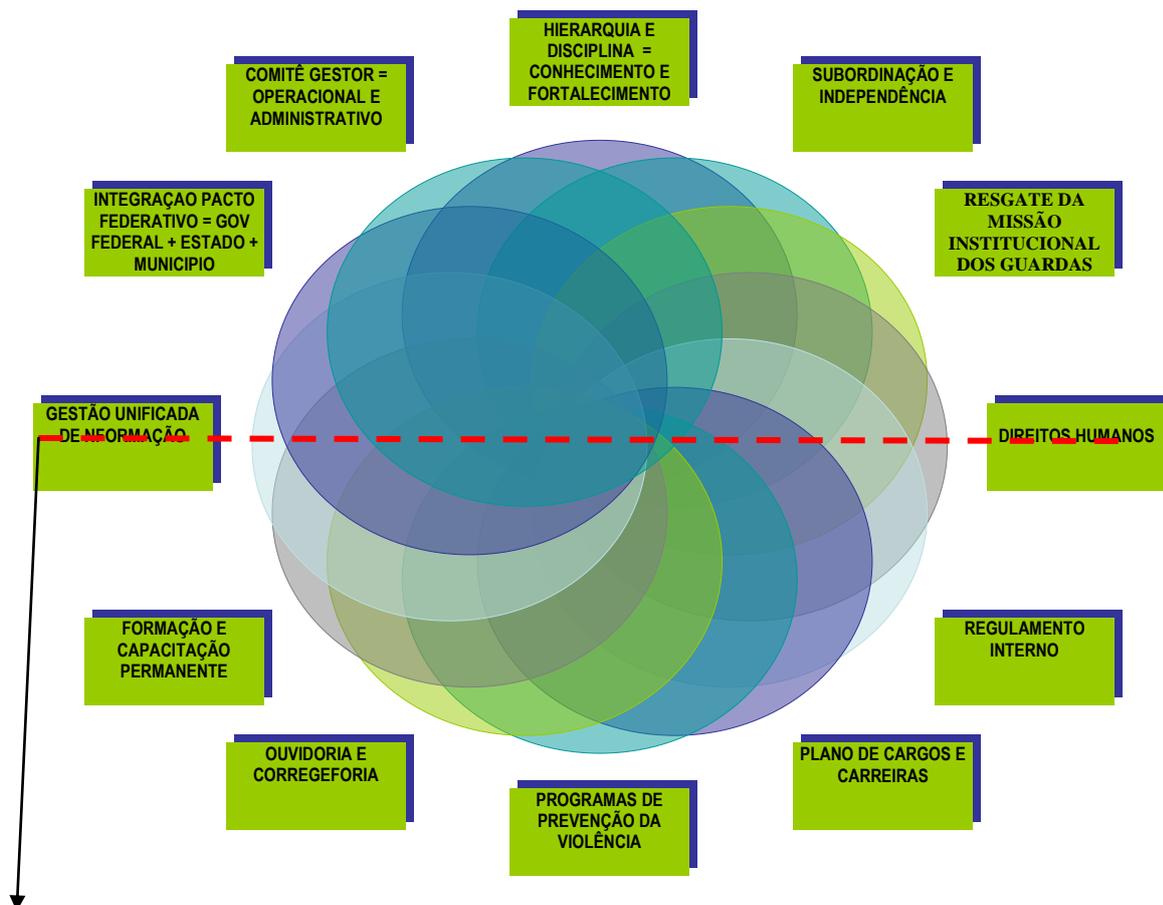
O efetivo do ROPE totaliza 51 guardas, sendo 40 operacionais (1 Sub Inspetor (Comandante do Rope), 6 Sub Inspetores e 33 guardas), 7 administrativos (1 Sub Inspetor e 6 guardas ) e 4 à disposição diretamente do observatório da violência, inserido no certame do programa “Fortaleza de Paz”.

Em suas rotinas de trabalho amparadas por uma Norma Geral de ação o pelotão ROPE realiza ronda em carros nas escolas municipais de Fortaleza, em três turnos de trabalho. Existem em média 358 escolas, distribuídos nas 07 Secretarias Regionais, áreas políticas administrativas do município. A Ronda Escolar realiza o projeto Anjos da Guarda com apoio da SEM - Secretaria Municipal de Educação, e Governo Federal, ver anexo. O Projeto Anjos da Guarda realiza trabalho sócio-educativo, palestras e oficinas com os alunos. Em 2006 foram contempladas 95 escolas, totalizando em média 300 alunos, ver Plano de

Trabalho anexo. Além destas atividades desenvolvidas nas unidades escolares o pelotão participa dos eventos promovidos pela administração municipal. Anualmente realiza-se a campanha de desarmamento infantil, evento promovido pela prefeitura municipal, onde a guarda é responsável pelo gerenciamento do evento. È um evento de grande porte, envolve todas as escolas municipais e sociedade civil. O foco da Campanha é a troca de uma arma de brinquedo por uma revista, parceria editora Abril. um incentivo à leitura e cultura de paz.

Dentre as funções do Pelotão ROPE estão: apoiar todas as ações que envolvam questões de segurança de patrimônio público nas escolas dos municípios e quando for necessário fazer cobertura nas ações e operações em toda a extensão do município de Fortaleza, de acordo com as determinações do seu comando e do seu Diretor Geral, apoiar a Secretaria Municipal de Educação SME (Secretaria Municipal de Educação), objetivando o melhor atendimento aos alunos, professores e colaboradores na questão de segurança das unidades escolares, desenvolver atividades em suas competências constitucionais, em especial o apoio de rondas as unidades escolares patrimoniais nas ações/operações de patrulhamento visando garantir a integridade física e moral dos servidores municipais e alunos, bem como a segurança patrimonial através da execução diárias, coibir as atividades irregulares/crimes, planejar e executar ações de prevenção no combate a criminalidade e violência no âmbito escolar. Atender com presteza, eficiência, as decisões e ordens de seus comandantes, incorporar a confiança recíproca, assimilar o trabalho coletivo, despertar a camaradagem e a harmonia, trabalhar a idéia de disciplina e hierarquia como forma de conhecimento, comando horizontais beneficiam tal conhecimento, fazer a avaliações sistemáticas das operações efetivadas para verificar se o planejamento feito anteriormente conseguiu atingir seus objetivos dentro das decisões de seus objetivos, existir coerência em todas as ações, agir com calma e prudência sem confundir energia com violência e iniciativa com arbitrariedade.

**FIGURA 7 – Diagrama de VENN demonstrando a reforma da Guarda Municipal em sua nova concepção.**



### RETOMADA DA POSSE DO MANDATO INSTITUCIONAL

Explicando melhor a apresentação do gráfico acima este demonstra a nova estrutura organizacional da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, de como esta nova concepção está estabelecida e como ela legitima a retomada do seu mandato. Foi estabelecido o Comitê Gestor: operacional e administrativo, fortificação da hierarquia horizontal, dando consistência a disciplina estabelecendo melhor os parâmetros de conhecimentos entre as classes hierárquicas, horizontalizando as relações de poder, estabelecendo os princípios de subordinação aos termos do seu mandato de “governança” no estado democrático de direito e independência político-partidária, resgatando também a sua missão institucional, traçando a linha dos Direitos Humanos em suas bases de atuação, implementado o regulamento interno, aprovando um plano de cargos e carreira republicano, estruturando os programas de prevenção a violência, formatando um novo modelo de ouvidoria e corregedoria para uma melhor fiscalização externa e interna, formação e capacitação permanente e nos moldes da profissionalização humanística, conceituando a gestão unificada de informação, sem parâmetros paralelos, , otimizando a integração do pacto federativo, entre outros aspectos.

Esses são os eixos caracterizados como primordiais para a plena organização, administração das instituições de segurança pública municipal, tendo como foco central destes as políticas dos Direitos Humanos.

### **3.13 Entendendo o Mandato Policial**

Para JAQUELINE MUNIZ (2007):

“É pactuar a materialidade do mandato autorizativo da polícia no respaldo às leis e na administração da ordem pública em nossas cidades. É consensuar sobre os termos do emprego legal e legítimo da força policial. É acordar sobre o que é aceitável e desejável na ação policial. Na democracia, isso depende da clara definição de quem responde pelo que na Segurança Pública. E esse, argumentamos, é o cerne do problema de Segurança Pública no Brasil: a ausência de clareza sobre quais sejam os termos da responsabilização policial. O que venha a ser a responsabilização policial no Brasil não pode resultar de prescrições técnicas, ainda que estas sejam insumos oportunos. Ela só pode nascer de um entendimento majoritário, que estabeleça a responsabilização policial à luz dos fins da Segurança Pública. E esse entendimento só se edifica no debate político. A questão é política mesmo. Tem que ser resolvida politicamente”.

Observa-se que o mandato policial tem, acima de tudo, uma concepção técnico político democrático para a sua plena efetivação. As concepções acerca da legitimação das funções e atribuições das polícias e guardas municipais perpassam pelo jurídico no estado democrático de direito. O mandato também está licenciado pelos eixos de responsabilidade, autoridade, uso do poder de polícia e um pleno reconhecimento do seu papel na sociedade, no estado e no cotidiano da segurança pública. Exercer o mandato policial no Brasil requer mais do que agir na proteção e no cumprimento do dever, também requer sábio conhecimento e meritoso esforço para a sustentação da ordem pública e do respeito às leis.

O desafio está em cada dia perder ou ganhar esse mandato, e quando se perde ele é autorizado, repassado como um cheque assinado em branco para sua utilização pelos protagonistas não oficiais, são as facções, milícias entre outros atores.

É como um circo dos horrores onde o cidadão sente-se inseguro diante da sua polícia; a polícia insegura em sua ação; o governante receoso do desenrolar, dos resultados e

das conseqüências de qualquer atividade policial; os parlamentares, temerosos do conteúdo de suas deliberações e inermes em seu papel fiscalizador; o Judiciário, incapaz de avaliar o mérito de qualquer conduta ou produto da ação da polícia, perdendo aí o seu mandato.

Para Jaqueline Muniz (2007) O fundamento da proteção é a sustentação ou fabricação indefinida e constante de ameaças que conduz à sujeição dos indivíduos e grupos, ao abandono das garantias individuais e coletivas, ou seja, oferecer proteção somente não é prover segurança pública. A lógica da proteção, incapaz de promover a segurança coletiva, pública, introduz o medo como conselheiro, a violência como cotidiano e o terror como horizonte.

Só compreendendo isso é que se pode ter esperança de controle das oportunidades de violação, venalidade e violência policiais. Porque o uso do “poder de polícia”, sua apropriação em poder da polícia ou dos policiais obedecem a dinâmicas que vão desde a governança até o policiamento na esquina. Discutir o “poder de polícia” é questionar, alterar ou validar os poderes do Estado para a coerção legal e legítima. É assegurar que a polícia cumpra o seu mandato sem que ela sirva à tirania do governante, a opressão por policiais ou seja apropriada por grupos privados. Não temos, no Brasil, expressão inequívoca do mandato policial. A Constituição (art.144) restringe-se a delimitar quasemonopólios do policiamento público entre corporações. O Código Tributário (art. 78, 1966) define poder de polícia de modo tão abrangente e abstrato que serviria a qualquer Estado, forma de governo, ou a qualquer coerção estatal “em razão de interesse público”. O poder de polícia “acontece” nas ruas. O conteúdo técnico policial está entregue à “prática pela prática na prática” das trajetórias profissionais. Polícias e policiais constroem o seu fazer diante de referências legais frágeis, visões políticas fugazes e institucionalidade débil dos procedimentos operacionais, sob baixa visibilidade social. Fala-se muito da remoção de “maçãs podres”. Fala-se pouco de porque as maçãs apodrecem. É que no barril há lugares, há relacionamentos, que convidam ao apodrecimento. “Tirar polícia” é um aprendizado doloroso para um jovem policial, que vai desvelando a realidade brasileira: “a polícia tem vários padrões”. No início de carreira, aprende que é preciso “correr atrás” da alimentação, porque a polícia “tem cobertor curto” e não pode custear todas as refeições. Na zona de trabalho há que encontrar um doador de “quentinhas” para quem “está de serviço”. Esta cortesia pode incluir o cigarro e a cerveja, e mesmo agrados a um superior, um amigo, um familiar.

#### **4. ANALISANDO DADOS DE REGISTRO DE VIOLÊNCIA: INSTRUMENTOS DE CONHECIMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR**

A pesquisa foi realizada com os dados obtidos através do registro de ocorrências efetivados pelos guardas municipais do pelotão ROPE em algumas escolas das regionais V, como forma de legitimar a ação e atuação da Guarda Municipal, colocando como parâmetro de trabalho a segurança pública, e o reconhecimento das áreas nas escolas e armazenados pelo Programa Fortaleza de Paz.

Para esta análise fez um recorte dos dados gerias estabelecendo m período de 01.08.2007 a 01.12.2007, totalizando 05 meses, escolheu-se a SER V e que dentre todas as regionais de Fortaleza, a SER V, tem hoje uma população de 464.674 habitantes, conforme dados do IBGE (2005), dos bairros da SER V a pesquisa foi elaborada nas escolas dos seguintes bairros: bom jardim, canindezinho, conjunto ceará, conjunto esperança, genibau, granja lisboa, granja portugal, itaperi, jardim jatobá, José Walter, Mondubim, pantanal, Parque Jerusalém, Parque Santa Cecília, Parque Santa Rosa, Parque Santana, Parque Santa Cecília, Parque São Vicente e Vila Manoel Sátiro.

Nele foram capitados e analisados os tipos de ocorrências, entre elas: física – agressão, moral – agressão, sexual – agressão, física - ameaça à integridade, sexual - atentado ao pudor, trânsito – atropelamento, bebida alcoólica – consumo, patrimônio – depredação, patrimônio - furto a escola, patrimônio - furto a pessoa, patrimônio - furto de veículo, física – homicídio, patrimônio – pichação, porte - arma branca, porte - arma de fogo, porte - outros tipos de arma, patrimônio - roubo a escola, patrimônio - roubo a pessoa, patrimônio - roubo de veículo, física – seqüestro, entorpecentes – consumo, invasão à escola. Também foram

coletados dados sobre ocorrências de integridade física e moral, sexualidade, porte de arma, patrimônio público, patrimônio pessoa, álcool e substâncias ilícitas entre outros. Além dos perfis das ocorrências por bairro. Esta análise trata-se de um estudo qualitativo e quantitativo cujo objetivo é analisar os significados que a violência assume em diferentes contextos sociais e as formas como se manifesta no cotidiano escolar, a partir dessas ocorrências e na visão do agente de segurança pública municipal.

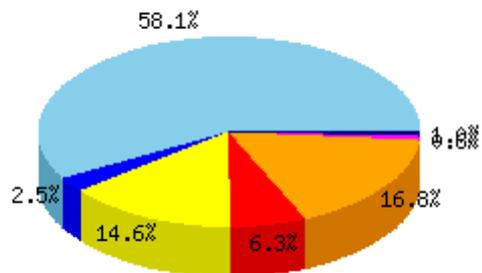
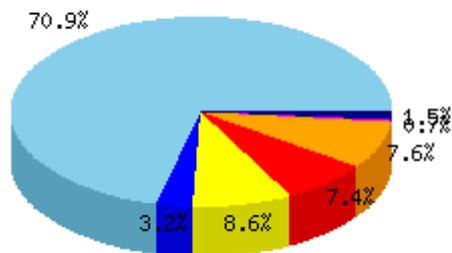
Investiga-se o sentido atribuído às práticas de violência, como a agressão física e moral, o porte de arma de fogo no ambiente escolar, e a inter-relação entre essas práticas e as instituições que cumprem um papel de socialização dos jovens: escola e família. Dada a centralidade que hoje dispõem os meios de comunicação na sociedade, sobretudo a televisão, busca-se também refletir sobre novas estratégias para o enfrentamento da violência a partir de sua interseção no cotidiano da escola, onde a guarda municipal pode assumir compromissos ligados com projetos sociais ligados a segurança pública.

Nesse período estabelecido foi totalizado 331 ocorrências e 406 tipos diferentes de ocorrência. Das ocorrências atendidas e registradas pela Guarda Municipal verificou-se os seguinte gráfico:

**FIGURA 8 - GRÁFICO GERAL DAS OCORRÊNCIAS DO PROGRAMA “FORTALEZA DE PAZ”**

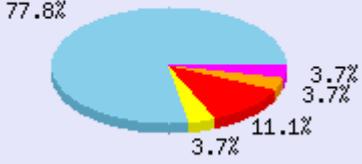
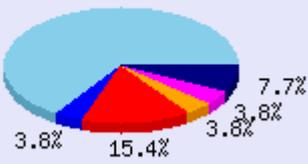
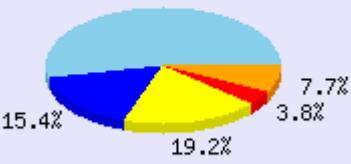
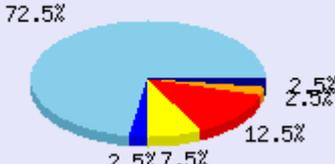
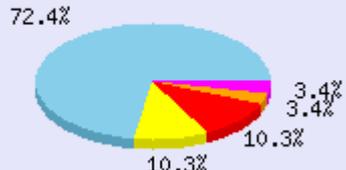
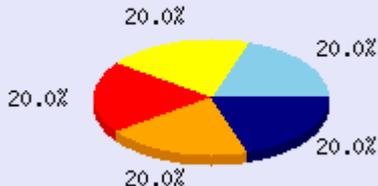
### **OCORRÊNCIAS NAS ESCOLAS DA SER V**

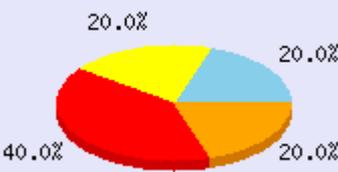
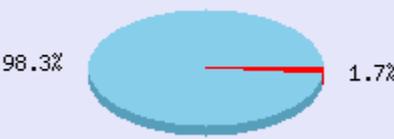
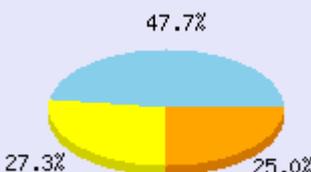
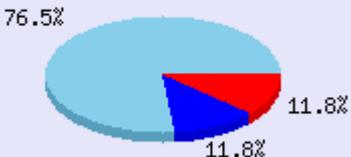
<b>SER V</b>			
<b>OCORRÊNCIAS ENTRE 01/08/2007 E 01/12/2007</b>			
<b>DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE TIPOS DE OCORRÊNCIA NA REGIÃO (SER V) DE 01.08.2007 A 01.12.2007</b>			
Integridade física e moral	<b>288</b>	Sexualidade	<b>13</b>
Porte de arma	<b>35</b>	Patrimônio público	<b>30</b>
Patrimônio pessoa	<b>31</b>	Alcool e subst ilícitas	<b>3</b>
Outros	<b>6</b>		
<b>REGIÃO</b>		<b>MUNICÍPIO</b>	



PERFIL DAS OCORRÊNCIAS POR BAIRRO DA REGIÃO SER V, NO PERÍODO DE 01/08/2007 E 01/12/2007

ARACAPE		BOM JARDIM		CANINDEZINHO	
NENHUM DADO INFORMADO		Integridade física/moral	22	Integridade física/moral	4
		Porte de arma	6	Porte de arma	1
		Patrimônio público	1	Patrimônio público	2
		Patrimônio pessoal	4	Patrimônio pessoal	1
		Outros	1	Outros	1
		<p><b>BOM JARDIM</b></p>		<p><b>CANINDEZINHO</b></p>	
CONJUNTO CEARA		CONJUNTO ESPERANCA		GENIBAU	
Integridade física/moral	23	NENHUM DADO INFORMADO		Integridade física/moral	20
Violência sexual	3			Violência sexual	1
Patrimônio público	3			Porte de arma	1
Patrimônio pessoal	4			Patrimônio pessoal	2
<p><b>CONJUNTO CEARA</b></p>				<p><b>GENIBAU</b></p>	
GRANJA LISBOA		GRANJA PORTUGAL		ITAPERI	
Integridade física/moral	21	Integridade física/moral	17	Integridade física/moral	14
Porte de arma	1	Violência sexual	1	Violência sexual	4
Patrimônio público	3	Patrimônio público	4	Porte de arma	5
Patrimônio pessoal	1	Patrimônio pessoal	1	Patrimônio público	1
Substâncias Ilícitas	1	Substâncias Ilícitas	1	Patrimônio pessoal	2

<p><b>GRANJA LISBOA</b></p> 	<table border="1"> <tr> <td>Outros</td> <td>2</td> </tr> </table> <p><b>GRANJA PORTUGAL</b></p> 	Outros	2	<p><b>ITAPERI</b></p> 																		
Outros	2																					
<p><b>JARDIM JATOBA</b></p> <table border="1"> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>9</td> </tr> </table> <p><b>JARDIM JATOBA</b></p> 	Integridade física/moral	9	<p><b>JOSE WALTER</b></p> <table border="1"> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>29</td> </tr> <tr> <td>Violência sexual</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Porte de arma</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio público</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio pessoal</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>1</td> </tr> </table> <p><b>JOSE WALTER</b></p> 	Integridade física/moral	29	Violência sexual	1	Porte de arma	3	Patrimônio público	5	Patrimônio pessoal	1	Outros	1	<p><b>MARAPONGA</b></p> <p><b>NENHUM DADO INFORMADO</b></p>						
Integridade física/moral	9																					
Integridade física/moral	29																					
Violência sexual	1																					
Porte de arma	3																					
Patrimônio público	5																					
Patrimônio pessoal	1																					
Outros	1																					
<p><b>MONDUBIM</b></p> <table border="1"> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Porte de arma</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio público</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio pessoal</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Substâncias Ilícitas</td> <td>1</td> </tr> </table> <p><b>MONDUBIM</b></p> 	Integridade física/moral	21	Porte de arma	3	Patrimônio público	3	Patrimônio pessoal	1	Substâncias Ilícitas	1	<p><b>NOVO MONDUBIM</b></p> <p><b>NENHUM DADO INFORMADO</b></p>	<p><b>PANTANAL</b></p> <table border="1"> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Porte de arma</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio público</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio pessoal</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>1</td> </tr> </table> <p><b>PANTANAL</b></p> 	Integridade física/moral	1	Porte de arma	1	Patrimônio público	1	Patrimônio pessoal	1	Outros	1
Integridade física/moral	21																					
Porte de arma	3																					
Patrimônio público	3																					
Patrimônio pessoal	1																					
Substâncias Ilícitas	1																					
Integridade física/moral	1																					
Porte de arma	1																					
Patrimônio público	1																					
Patrimônio pessoal	1																					
Outros	1																					
<p><b>PARQUE JERUSALEM</b></p> <table border="1"> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>5</td> </tr> </table> <p><b>PARQUE JERUSALEM</b></p> 	Integridade física/moral	5	<p><b>PARQUE PRESIDENTE VARGAS</b></p> <p><b>NENHUM DADO INFORMADO</b></p>	<p><b>PARQUE SANTA CECILIA</b></p> <table border="1"> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Violência sexual</td> <td>1</td> </tr> </table> <p><b>PARQUE SANTA CECILIA</b></p> 	Integridade física/moral	9	Violência sexual	1														
Integridade física/moral	5																					
Integridade física/moral	9																					
Violência sexual	1																					

PARQUE SANTA ROSA		PARQUE SANTANA		PARQUE SANTO AMARO																
Integridade física/moral	2	<b>NENHUM DADO INFORMADO</b>		<b>NENHUM DADO INFORMADO</b>																
Porte de arma	2																			
Patrimônio público	4																			
Patrimônio pessoal	2																			
<p><b>PARQUE SANTA ROSA</b></p>  <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Pizza - Parque Santa Rosa</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>Quantidade</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>2</td> <td>20.0%</td> </tr> <tr> <td>Porte de arma</td> <td>2</td> <td>20.0%</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio público</td> <td>4</td> <td>40.0%</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio pessoal</td> <td>2</td> <td>20.0%</td> </tr> </tbody> </table>						Categoria	Quantidade	Porcentagem	Integridade física/moral	2	20.0%	Porte de arma	2	20.0%	Patrimônio público	4	40.0%	Patrimônio pessoal	2	20.0%
Categoria	Quantidade	Porcentagem																		
Integridade física/moral	2	20.0%																		
Porte de arma	2	20.0%																		
Patrimônio público	4	40.0%																		
Patrimônio pessoal	2	20.0%																		
PARQUE SAO JOSE		PARQUE SAO VICENTE		SIQUEIRA																
Integridade física/moral	57	Integridade física/moral	21	<b>NENHUM DADO INFORMADO</b>																
Patrimônio público	1	Porte de arma	12																	
<p><b>PARQUE SAO JOSE</b></p>  <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Pizza - Parque Sao Jose</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>Quantidade</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>57</td> <td>98.3%</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio público</td> <td>1</td> <td>1.7%</td> </tr> </tbody> </table>						Categoria	Quantidade	Porcentagem	Integridade física/moral	57	98.3%	Patrimônio público	1	1.7%						
Categoria	Quantidade	Porcentagem																		
Integridade física/moral	57	98.3%																		
Patrimônio público	1	1.7%																		
<p><b>PARQUE SAO VICENTE</b></p>  <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Pizza - Parque Sao Vicente</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>Quantidade</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>21</td> <td>47.7%</td> </tr> <tr> <td>Porte de arma</td> <td>12</td> <td>27.3%</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio pessoal</td> <td>11</td> <td>25.0%</td> </tr> </tbody> </table>						Categoria	Quantidade	Porcentagem	Integridade física/moral	21	47.7%	Porte de arma	12	27.3%	Patrimônio pessoal	11	25.0%			
Categoria	Quantidade	Porcentagem																		
Integridade física/moral	21	47.7%																		
Porte de arma	12	27.3%																		
Patrimônio pessoal	11	25.0%																		
VILA MANOEL SATIRO																				
Integridade física/moral	13																			
Violência sexual	2																			
Patrimônio público	2																			
<p><b>VILA MANOEL SATIRO</b></p>  <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Pizza - Vila Manoel Satiro</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>Quantidade</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Integridade física/moral</td> <td>13</td> <td>76.5%</td> </tr> <tr> <td>Violência sexual</td> <td>2</td> <td>11.8%</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio público</td> <td>2</td> <td>11.8%</td> </tr> </tbody> </table>						Categoria	Quantidade	Porcentagem	Integridade física/moral	13	76.5%	Violência sexual	2	11.8%	Patrimônio público	2	11.8%			
Categoria	Quantidade	Porcentagem																		
Integridade física/moral	13	76.5%																		
Violência sexual	2	11.8%																		
Patrimônio público	2	11.8%																		

Fonte: [http://fortaleza.cidadedepaz.com/index\\_start.php](http://fortaleza.cidadedepaz.com/index_start.php) - Programa "Fotaleza de Paz" 2007

Observando os gráficos acima, verifica-se que as ocorrências computadas se caracterizam por integridade física e moral, equivalente a 70,9%, em seguida pelo porte de arma, com 8,6%, depois ocorrência contra o patrimônio de pessoa, 7,6%, patrimônio público, com 7,4%, sexualidade com 3,2%, em penúltimo vem outros, com 1,5% e por ultimo álcool e substâncias ilícitas com 0,7%. Detalhando a pesquisa por bairro o fenômeno se repete por todo

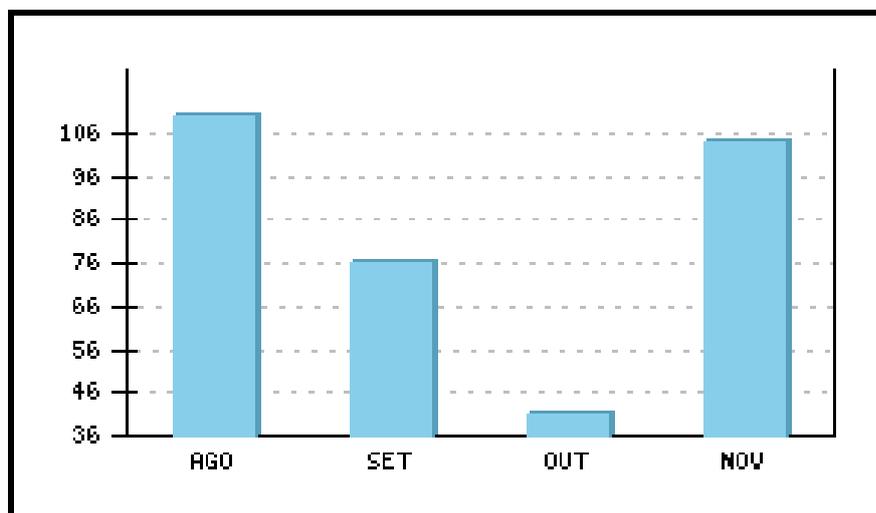
o ciclo da pesquisa. Sendo que no conjunto Ceará, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibau, Itaperi, Mondubim, Parque Jerusalém, Parque São José e Vila Manoel Sátiro a faixa de ocorrência por integridade física e moral ultrapassa o 50%, chegando a picos de 100% em determinados bairro como Parque Jerusalém. Supondo que essas áreas devam ser ocupadas pelo poder público por projetos sociais, geração de emprego e renda, atividades esportivas e culturais, mais apropriação de lazer.

**TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO POR OCORRÊNCIA**

<b>DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE OCORRÊNCIA</b>	
Física - agressão	<b>192</b>
Moral - agressão	<b>60</b>
Sexual - agressão	<b>2</b>
Física - ameaça à integridade	<b>26</b>
Sexual - Atentado ao pudor	<b>11</b>
Trânsito - atropelamento	<b>1</b>
Bebida alcoólica - consumo	<b>1</b>
Patrimônio - depredação	<b>13</b>
Patrimônio - furto a escola	<b>2</b>
Patrimônio - furto a pessoa	<b>12</b>
Patrimônio - furto de veículo	<b>1</b>
Física - homicídio	<b>7</b>
Patrimônio - pichação	<b>11</b>
Porte - arma branca	<b>15</b>
Porte - arma de fogo	<b>17</b>
Porte - outros tipos de arma	<b>3</b>
Patrimônio - roubo a escola	<b>4</b>
Patrimônio - roubo a pessoa	<b>16</b>
Patrimônio - roubo de veículo	<b>2</b>
Física - sequestro	<b>3</b>
Entorpecentes - consumo	<b>2</b>
Invasão à Escola	<b>5</b>

Fonte: [http://fortaleza.cidadedepaz.com/index\\_start.php](http://fortaleza.cidadedepaz.com/index_start.php) - Programa "Fotaleza de Paz" 2007

**FIGURA 9 - NÚMERO OCORRÊNCIAS MÊS/MÊS NA REGIÃO**

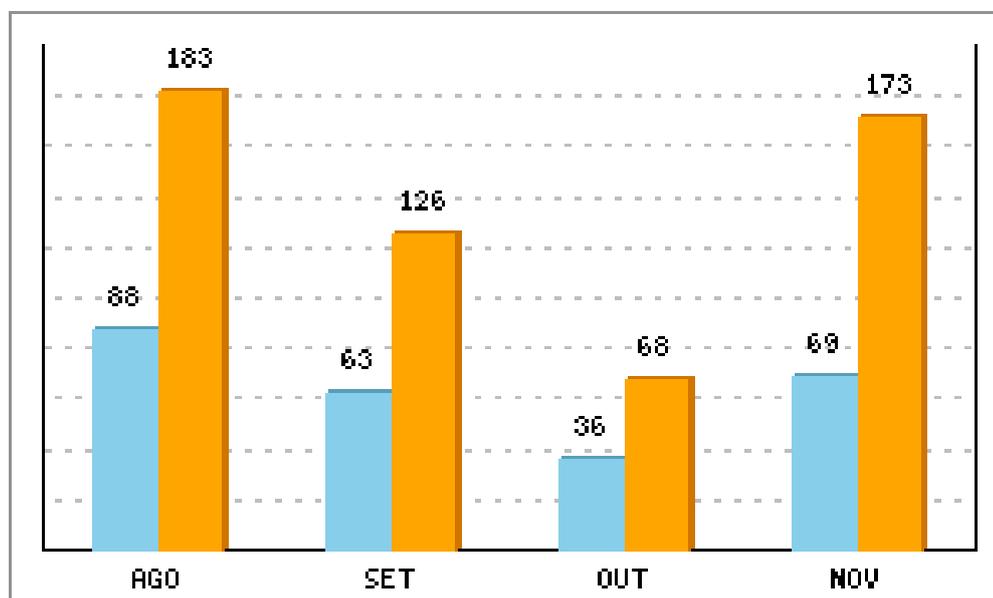


Fonte: [http://fortaleza.cidadedepaz.com/index\\_start.php](http://fortaleza.cidadedepaz.com/index_start.php) - Programa "Fotaleza de Paz" 2007

Observa-se no gráfico acima que no início da pesquisa houve um salto nas ocorrências, decaindo nos meses subsequentes e depois a curva volta a subir no mês de novembro, onde um dos fatores assinalados pelos consultores da pesquisa indica que o mês de agosto tradicionalmente tem esse pico de ocorrências devido o início das aulas e final das férias, agitação, empolgação pelas "galeras" sendo amenizada nos meses subsequentes com uma intensa seqüência de atividades escolares, mas que tem sua curva novamente aumentada no mês de novembro, onde ocorrem evasões escolares, falta de estímulo, problemas com atraso na merenda escolar, proximidade com as festas natalinas, entre outros aspectos.

**FIGURA 10 - OCORRÊNCIAS POR 100.000 ALUNOS**

MUNICIPIO REGIÃO



Fonte: [http://fortaleza.cidadedepaz.com/index\\_start.php](http://fortaleza.cidadedepaz.com/index_start.php) - Programa "Fotaleza de Paz" 2007

#### 4.1 Principais aspectos da pesquisa:

É no espaço externo à escola que acontecem dois importantes fenômenos associados à violência: a presença de gangues e o tráfico de drogas. Isso é causa de grande preocupação de alunos, pais e professores, e afeta diretamente a rotina do ambiente escolar; Que as agressões físicas são as principais ocorrências em destaque nas escolas da SER V; A presença constante de traficantes nos arredores das escolas e a própria abordagem deles facilitam e ampliam o acesso dos jovens às drogas. Tanto diretores quanto alunos afirmaram que é extremamente fácil manter contato com traficantes ou repassadores de drogas; A falta de respaldo policial para a segurança dos estabelecimentos de ensino é outro aspecto bastante mencionado. Foram feitas sugestões pelos próprios diretores quanto à necessidade de melhor treinar os guardas que já fazem esse trabalho; como exemplo podemos citar o fato da escola A, localizada no bairro do Bom Jardim foi apreendido cerca de 06 armas de fogo nesse período, onde a diretora fez a denuncia e apurada a ocorrência a mesma sentiu a necessidade de promover debates sobre o desarmamento, a partir daí também observou-se a real necessidade de envolver os alunos na Campanha de Desarmamento Infantil, onde através desta mobilização a escola A, foi uma das vencedoras em arrecadação de armas, sendo assim, avaliou-se que as escolas devem ocupar seus alunos também com atividades que interajam

com os outros órgãos do município para que se forme uma rede social de articulações em prol da retirada dos jovens em situações de risco.

Em outros pontos da pesquisa observa-se a indicação de manifestações de preconceito e discriminação racial revelando que os alunos não brancos são muito mais numerosos nas escolas públicas e no turno da noite do que os alunos brancos, que essas ocorrências de agressões físicas se dão também a partir do preconceito contra homossexuais, agressão contra a mulher.

A principal manifestação da violência nas escolas é de natureza física. Nelas ocorrem ameaças brigas às vezes com conseqüências letais; além de roubos, assaltos, depredações, tiroteios etc. As brigas são consideradas acontecimentos corriqueiros, sugerindo a banalização da violência e sua legitimização, como mecanismo de solução de conflitos; Nas escolas da SER V foram relatados também estupros e outras violências sexuais nas escolas e no seu entorno, conseqüentemente verificou-se da necessidade da prefeitura colocar os pontos de ônibus mais próximos da entrada da escola, assim como também fazer a iluminação das ruas de acesso para a escola, em especial no itinerário percorrido pelas alunas no deslocamento para suas casas; Embora nas situações de violência no ambiente escolar as armas de fogo não sejam predominantes, os percentuais de alunos que apontam seu uso são bastante elevados; Os alunos estão conscientes do poder de agressão não apenas das armas de fogo mas também das chamadas armas brancas (objetos cortantes como faca, canivetes, estiletes etc.); Que as ocorrências são resumidamente agressão física, moral, sexual, ameaça à integridade, Atentado ao pudor, atropelamento, Bebida alcoólica – consumo, depredação do patrimônio, furto a escola, furto a pessoa, furto de veículo, homicídio, pichação, porte - arma branca, porte - arma de fogo, porte - outros tipos de arma, roubo a escola, roubo a pessoa, roubo de veículo, seqüestro, consumo de entorpecentes, invasão à escola.

Ao cruzar os dados, verificou-se que os impactos mais significativos da violência são, pela ordem, alterar o ambiente da escola, com as agressões físicas, busca de ocupação de espaços deixados pelo estado, pelo poder público, impor através do medo, de manipulações de violência e criminalidade um poder paralelo, faltar às aulas e piorar a qualidade das aulas, criando assim uma situação de caos e de desorganização do espaço educacional. Observa-se que o lugar da escola e da família, também deve ser ocupado pelos guardas municipais como fontes privilegiadas de mediações possibilita uma atuação ampla no campo da prevenção da

violência. Mas é necessário que essas instituições caminhem juntas, buscando principalmente estabelecer uma relação respeitosa com os jovens.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade tem vindo a sofrer significativas transformações. A família, núcleo primordial de educação, tem vindo dissimuladamente a delegar esse papel para a escola, dado que é no contexto educativo que as crianças passam a maior parte do dia. Todavia, nenhuma outra instituição poderá jamais substituir as condições educativas da família, nem parece ser

razoável que seja unicamente a escola a ensinar valores tão necessários para o normal desenvolvimento da criança tais como: a democracia, as regras para a sã convivência, o respeito pelo outro, a solidariedade, a tolerância, o esforço pessoal, etc. À escola não se pode pedir que além de ensinar os conteúdos programáticos exigidos pelo Ministério da Educação, tenha também que ter a função educativa que compete aos pais. No meio de tudo isto, a verdade é que a violência continua a existir e a registar-se cada vez mais na população jovem. A escola não pode ignorar que os conflitos e problemas sociais existem, e por isso tem vindo a adaptar-se como pode. E é precisamente na escola que as crianças imitem comportamentos que diariamente observam. Meios onde proliferam os maus tratos físicos e psicológicos, onde as privações, a promiscuidade, a baixa escolarização, a pobreza andam de mãos dadas. Neste campo, urge uma intervenção conjunta realmente eficaz, fornecendo à população em risco modelos de conduta adequados ao desenvolvimento afetivo, intelectual e moral de todos os implicados. Necessita-se aplicação de mais investimentos financeiros, mais planeamentos estratégicos em projetos de grande porte, em médio e longo prazo, que envolvam o máximo de jovens e a comunidade escolar como um todo, e que de preferência esses projetos sejam elaborados coletivamente entre escola e comunidade.

Nós, sociedade democrática, somos responsáveis pelas conseqüências educativas das nossas ações. Terá que haver um esforço financeiro governamental, não só econômico mas também a nível de recursos humanos para que programas de combate à violência e exclusão social sejam realmente concretizados e obtenham bons resultados. Não podemos deixar que as crianças se transformem em futuros inadaptados ou futuros marginais, só porque não tiveram referências positivas na infância e porque as diversas entidades educativas se foram «esquecendo» que essas crianças também necessitam de carinho, de afeto, que também são seres humanos como todas as outras crianças.

Quanto a Guarda Municipal observa-se através dos dados que sua missão deve permear-se no sentido de um trabalho voltado basicamente para a prevenção. Que suas atribuições no ambiente escolar, deve ser limitada, ocupada na seara da segurança pública, do estudo e do diagnóstico das causas que levam a violência e a criminalidade. Observa-se um fato importante que é o limite entre a educação e a violência, onde as mesmas se encontram na linha dos direitos humanos, mas o foco de atuação e de estudo da Guarda Municipal deve-se incorporar as seus objetivos e peculiaridades. Que a administração dos índices aqui relatados devem ser feitos com eficiência e efetividade através de mapas e diagnósticos de

dados através da gestão de conhecimento. Que a Guarda Municipal deve potencializar os programas de prevenção da violência como a “Campanha de Desarmamento Infantil” e os “Anjos da Guarda” sempre com o viés da segurança pública sem invadir o espaço educacional dos pedagogos, dar novos conceitos para a avaliação escolar, estabelecer novos plano de aula que são peculiaridade de professores, coordenadores entre outros educadores institucionais das escolas, que através dessa posição a sua função torna-se mais específica e mais eficaz e o seu mandato de guarda será sistematicamente consumado.

O resgate do mandato da Guarda Municipal está baseado nas legítimas, legais e autênticas ações de cunho educativo, social, em prol do seu reconhecimento, do resgate da sua identidade, do seu parâmetro e de sua proximidade com o munícipe e a reconstrução da sua missão institucional de proteção dos instrumentos públicos e da proteção dos bens públicos como o munícipe. Da sistematização dos dados, indicadores de situações de risco ou de desarmonia que gera violência e criminalidade e a partir daí se estabelece um caos para sucumbir e surgir soluções harmônicas capazes de mudar a concepção de segurança pública, principalmente na seara educacional.

Que a violência na escola deve ser compreendida e identificada não como um fenômeno recente mais um sinal da falência das políticas públicas dando assim, pistas de como melhorar questões de prevenção, de ocupação de espaços públicos.

Que o desafio maior está em propor um policiamento comunitário capaz de inverter a pirâmide social, onde o principal mentor será o munícipe e o executor de segurança pública será um mecanismo de proteção, presteza e articulador para a mediação de conflitos sociais.

Que de todo esse entendimento é necessário a ocupação dos espaços urbanos por toda a comunidade escolar, com a participação de profissionais especializados e remunerados. Esses projetos constariam de lazer orientado, esportes e atividades culturais múltiplas (teatro, cinema, oficina de pintura, leitura e interpretação de histórias). Essa prática melhoraria o relacionamento entre escola e comunidade, além de tornar a escola mais atrativa.

Que o poder público deve agilizar a promoção de redes sociais de proteção com as instituições em caráter trabalho e benefício coletivo, para que em conjunto os desafios vindos

rotineiramente sejam amenizados e transformados em soluções para o usufruto do bem comum.

O governo precisa se conscientizar de que a escola é o referencial, muitas vezes único, de esperança, apoio e ocupação na vida de uma criança ou adolescente. Para muitos alunos, ela é o único espaço de acesso ao saber universal e sistematizado, necessário ao desenvolvimento de uma identidade social, cultural e humana que espelha a vida do cotidiano, visando o futuro pleno do cidadão. E ali, na escola, esse cidadão precisa ter segurança.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Violência: um retrato em branco e preto**. In Revista Idéias, nº 21-São Paulo: FDE, 1994.

AGUIAR, Jaques F. **As tricomias de Ricardo Balestreri: a semiótica do bem para a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007

ALEIXO, Josinaldo. **A vida na presença da violência. Democracia Viva**. São Paulo, n. 31, p. 28-32, abr./jun. 2006.

ALVES FILHO, Ivan. **Violência & cultura. Política democrática**. Brasília, v. 6, n. 17, p. 57-62, mar. 2007.

ARENDT, Hannah. "**Sobre a Violência**", Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_, *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_, (1981). **A condição humana**. São Paulo, Forense/Edusp.

\_\_\_\_\_, (1987). **Homens em tempos sombrios**. São Paulo, Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_, (1988). **Da revolução**. São Paulo, Editora Ática/Editora da UnB.  
\_\_\_\_\_, (2001). **Poder e violência**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp. 81-94.  
\_\_\_\_\_, (2002). "O que é autoridade?". In *Entre o passado e o futuro*. ] Editora

Perspectiva, São Paulo, pp. 127-187.

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BAUDRILLARD, Jean. "A **Transparência do Mal, ensaios sobre fenômenos extremos**".  
Campinas: Papirus, 1990.

BENEVIDES, Maria Victória. **A Violência é Coisa Nossa. In A Violência no Esporte, vários autores**. Secretaria. da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1996.

BRASIL, Constituição Federal, Artigo 144 – Rio de Janeiro: Saraiva 2000.

BRASIL, Ministério da Justiça. SENASP. **Modernização das polícias brasileiras**. 2005.

BRASIL, Ministério da Justiça. SENASP. **Perfil Organizacional das Guardas Municipais**.  
2003

CANDAU, Vera e outras-Oficinas **Pedagógicas de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro:  
Vozes, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio, (1979). **Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. Educação & Sociedade**, nº 4, p. 79-110, set., (1982). **A simbólica violência da teoria. Cadernos de Pesquisa**, nº 43, p. 55-57, nov.

DELORS, J. **Os quatro pilares da educação**. Disponível em: <infoutil.org/4pilares/text-cont/delors-pilares.htm> acesso em: 29 set. 2005.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A Epidemia da Violência**. Folha de São Paulo, 1996.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 2. Ed.. São Paulo: Ática, 2006. 136 p.

DIÓGENES, Glória. "**Cartografias da Cultura e da Violência, gangues, galeras e movimento hip hop**". São Paulo: Annablume, 1998.

\_\_\_\_\_, Glória. "**Juventude, Cultura e Violência**", exposição realizada em seminário da Secretaria de Educação de Pernambuco em agosto de 1998, original mimeo

FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Org.). **Reflexões sobre a violência urbana: (in) segurança e (des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. 161 p.

FERMOSO ESTÉBANEZ, P. **Conceito, historia, objetivos e ideologias da educação intercultural**. In: BOUCHÉ PERIS, H. et al. **Antropologia da Educação**. Madri: Dykinson, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

[http://fortaleza.cidadedepaz.com/index\\_start.php](http://fortaleza.cidadedepaz.com/index_start.php) - Programa “Fotaleza de Paz” 2007

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos\\_Humanos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_Humanos)

CARUSO. Haydée. Pesquisadora UFF. Rio de Janeiro.

LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?**. São Paulo: Contexto, 2006. 175 p.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional – Volume III**. São Paulo: Atlas, 2005.

MENDES, M.M.S. et al. **Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980-2020**. Rio de Janeiro : IBGE, 1994. 21 p. (Textos para discussão, n. 73).

MENEZES, Olindo Herculano. **Considerações em torno da segurança e da cidadania. Revista do Tribunal Regional** : 1 Região, Brasília, v. 19, n. 5, p. 33-45, maio, 2007.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 300 p. Reúne estudos publicados em revistas especializadas nos últimos dez anos. Traça um painel da criminalidade e violência urbana no Brasil a partir da década de 70. Aborda problemas como crime e pobreza, o banditismo urbano, drogas e narcotráfico.

MORIN. Edgar. **"Cultura de Massas no Século XX, o espírito do tempo - I , neurose"** Rio de Janeiro: Forense, 1990.

MUNIZ, Jacqueline e PROENÇA JÚNIOR, Domício. **“Perguntas sem respostas”**. *Jornal do Brasil*, 7 de maio de 1996, p. 9.

\_\_\_\_\_. **“A Crise Desnecessária”**. Coluna Opinião, *Jornal O Globo*; 26/07/97a.

\_\_\_\_\_. **“Administração Estratégica da Ordem Pública”**. *Lei e Liberdade*. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, 1997b.

\_\_\_\_\_. **"Uso da força e ostensividade na ação policial"**, pp:22-26. *Conjuntura Política*. Boletim de Análise nº 06. Departamento de Ciência Política - UFMG, abril de 1999.

\_\_\_\_\_. **Ser Policial é, sobretudo, uam razão de ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. IUPERJ, tese de doutorado, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segurança Pública X “Negócios da Proteção”, Maus Usos e Abusos do Mandato Policial**. Rio de Janeiro. IUPERJ, Encontro de Estudos Estratégicos. 2007

OLIVEIRA, Djalma. **Planejamento Estratégico – Conceitos, Metodologia, Práticas**. 11ª edição, São Paulo, Editora Atlas S/A, 1997

PETRUS ROTGER, António. **Conceito de educação social**. In PETRUS ROTGER, Antonio. (Coord.). **Pedagogia Social**. Barcelona: Edit. Ariel Educação, 1997.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano**. Lisboa: Tricontinental, 1994.

PROENÇA Jr, D. e MUNIZ, J. “**Rumos para a Segurança Pública no Brasil – O desafio do trabalho policial**”. In Bartholo, R. e Porto, M.F. (orgs.) **Sentidos do Trabalho Humano**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006: 257-268

Relatório Banco Mundial. 2006.

SILVA, Aida Monteiro. **A Violência na Escola: a percepção dos alunos e professores**. Cidade: editora, 1995.

TELLES, Vera-**Violência e Cidadania-InViolência no Esporte**. Vários autores. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1996.

WHITAKER, Dulce. **Violência na Escola**. In Revista Idéias, nº 21. São Paulo: FDE, 1994